Poder Judiciário
Justiça Comum
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO nº 2022075954 (PA-TJ)

Assunto: HONORÁRIOS PERICIAIS - Expediente do Juízo da 12ª Vara Cível da Comarca da Capital, requisitando pagamento de honorários em favor de Betânia Michelle Martins Rodrigues, pela perícia realizada no processo nº 0045042-41.2013.8.15.2001, movido por Valdi Pereira Durand, em face de J T F Engenharia e Construções Ltda.
Data da Autuação: 30/05/2022
Parte: Betânia Michelle Martins Rodrigues e outros(1)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520224368378

Nome original: PROCESSO_ 0045042-41.2013.8.15.2001 - OFÍCIO REQUISIÇÃO HONORÁRIOS PERICIAIS.pdf

Data: 30/05/2022 06:42:23

Remetente:

Thiago Gomes Duarte
4ª Seção (7ª, 12ª e 15ª Varas Cíveis)
TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: Requisição de reserva orçamentária e pagamento de honorários periciais. Processo nº 0045042-41.2013.8.15.2001, em curso na 12ª Vara Cível da Capital. Acompanha documentos anexos.

Documento 1 página 1 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.97957.93561.86911.21605-0
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 08:59

30/05/2022

Número: **0045042-41.2013.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**
Órgão julgador: **12ª Vara Cível da Capital**
Última distribuição : **22/11/2013**
Valor da causa: **R$ 5.000,00**
Assuntos: **Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
VALDI PEREIRA DURAND (AUTOR)	HAMILTON COSTA (ADVOGADO) JOSE RICARDO DE ASSIS ARAGAO COSTA (ADVOGADO)
J T F ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - ME (REU)	MARIO GOMES DE ARAUJO JUNIOR (ADVOGADO) GIORDANA COUTINHO MEIRA DE BRITO (ADVOGADO)
JOSE TARCISIO FERNANDES FREIRE (TERCEIRO INTERESSADO)	
DORIVAL JOSE FERNANDES E ARAUJO (TERCEIRO INTERESSADO)	

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
57717686	01/05/2022 13:52	Ofício (Outros)	Ofício (Outros)

Documento 1 página 2 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.97957.93561.86911.21605-0
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 08:59

PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
CARTÓRIO UNIFICADO CÍVEL DA CAPITAL
FÓRUM CÍVEL DES. MÁRIO MOACYR PORTO
Av. João Machado, 532, Centro, João Pessoa-PB - CEP: 58.013-520 - 3º andar - Unidade Judiciária: 12ª Vara Cível da Capital

---

PROCESSO Nº: 0045042-41.2013.8.15.2001
CLASSE PROCESSUAL: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - ASSUNTO: [Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos]
PROMOVENTE(S): Nome: VALDI PEREIRA DURAND

PROMOVIDO(S): Nome: J T F ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - ME

Ofício nº 085 / 2022 - 4ª Seção - CUCIV

João Pessoa-PB, em 29 de abril de 2022.

REQUISIÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO DE HONORÁRIOS

1. DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba,

Documento 1 página 3 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.97957.93561.86911.21605-0
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 08:59

Considerando que o(a) Senhor(a) **BETÂNIA MICHELLE MARTINS RODRIGUES**, aceitou o encargo de Tradutor, Interprete **ou perito(a)**, venho requerer que seja realizada a Reserva Orçamentária para suportar o encargo relativo a despe decorrente dos serviços prestados nos autos adiante especificado.

Por oportuno, informo ainda, que a parte **VALDI PEREIRA DURAND** é beneficiário da Justiça Gratuita, conforme despacho proferido à(s) fl(s). **86 (VOL. 1 DOS AUTOS DIGITALIZADOS – ID 27153450)**

1. 1 DOS DADOS GERAIS DO PROCESSO

1.1.1 Processo judicial Nº. **0045042-41.2013.8.15.2001**

1.1.2 Natureza da ação: **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS**

1.1.3 Unidade judiciária requisitante: **12ª VARA CÍVEL DA CAPITAL**

1.1.4 Autor (es): **VALDI PEREIRA DURAND** CPF/CNPJ: **044.802.954-53**

1.1.5 Réu (s): **J T F ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME**
CPF/CNPJ: **54.417.621/0001-02.**

1.1.6 Natureza do serviço: ( ) Tradução ( ) Interpretação (**X) Perícia.**

1.1.7 Característica da atividade desempenhada: **(X) Média complexidade.**

1.1.8 Natureza dos honorários: ( ) adiantamento **(X) Finais.**

1.1.9 Valor arbitrado: **R$ 388,21 (Trezentos e oitenta e oito reais e vinte e um centavos).**

1.2 DOS DADOS DO PERITO

1.2.1 Nome: **Betânia Michelle Martins Rodrigues**

1.2.3 Endereço: **Rua Juiz Amaro Bezerra, 328, apto. 302, Cabo Branco - CEP. 58045-070 – João Pessoa-PB.**

1.2.3 Telefone (s): **(83) 99658-1165**

1.2.4 CPF: **023.688.614-24**

Documento 1 página 4 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.97957.93561.86911.21605-0
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 08:59

1.2.5. Banco: Caixa Econômica Federal (104) 1.2.6. Agência: **1456** 1.2.7 Conta corrente : 3901-3. Operação 001.

1.2.6 Inscrição INSS: XXXXXXXXXX ou 1.2.7 Inscrição PIS/PASEP: **1.902.624.240-1**

1.2.8 Inscrição no Conselho Competente: **Matrícula nº 155.742-4. Instituto de Polícia Científica/PB – Setor de Documentoscopia Forense do Núcleo de Criminalística de João Pessoa.**

Nota: O prestador deve apresentar documento hábil que comprove sua quitação junto ao conselho.

1.3 ANEXAR AS SEGUINTES PEÇAS:

1.3.1 Decisão que deferiu a gratuidade judiciária.

1.3.2 Decisão que arbitrou os honorários periciais.

João Pessoa (PB), em 29 de Abril de 2022.

Thiago Gomes Duarte — Manuel Maria Antunes de Melo

Analista Judiciário — Juiz de Direito Titular

Documento 1 página 5 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.97957.93561.86911.21605-0
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 08:59

Documento 1 página 6 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.97957.93561.86911.21605-0
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 08:59

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520224368380

Nome original: PROCESSO_ 0045042-41.2013.8.15.2001 - ARBITRAMENTO HONORÁRIOS PERICIAIS.pdf

Data: 30/05/2022 06:42:23

Remetente:

Thiago Gomes Duarte
4ª Seção (7ª, 12ª e 15ª Varas Cíveis)
TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: Requisição de reserva orçamentária e pagamento de honorários periciais. Processo nº 0045042-41.2013.8.15.2001, em curso na 12ª Vara Cível da Capital. Acompanha documentos anexos.

Documento 2 página 1 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.87957.93561.86911.21463-1
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 08:59

30/05/2022

Número: **0045042-41.2013.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**
Órgão julgador: **12ª Vara Cível da Capital**
Última distribuição : **22/11/2013**
Valor da causa: **R$ 5.000,00**
Assuntos: **Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
VALDI PEREIRA DURAND (AUTOR)	HAMILTON COSTA (ADVOGADO) JOSE RICARDO DE ASSIS ARAGAO COSTA (ADVOGADO)
J T F ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - ME (REU)	MARIO GOMES DE ARAUJO JUNIOR (ADVOGADO) GIORDANA COUTINHO MEIRA DE BRITO (ADVOGADO)
JOSE TARCISIO FERNANDES FREIRE (TERCEIRO INTERESSADO)	
DORIVAL JOSE FERNANDES E ARAUJO (TERCEIRO INTERESSADO)	

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
57717692	01/05/2022 13:52	PROCESSO_ 0045042-41.2013.8.15.2001 - ARBITRAMENTO HONORÁRIOS PERICIAIS	Outros Documentos

Documento 2 página 2 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.87957.93561.86911.21463-1
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 08:59

Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Comarca de João Pessoa
12ª Vara Cível

0045042-41.2013.815.2001

Vistos, etc.

Nomeio a Sra. Betânia Michelle Martins Rodrigues para funcionar como perita nos presentes autos.

Tratando-se de beneficiário da justiça gratuita a prova pericial se dará nos moldes da Resolução 03/2013 do Tribunal de Justiça da Paraíba.

Nos termos do art. 7º da referida resolução e tendo por base os valores constantes no anexo I, da tabela I, arbitro os honorários periciais em R$ 388,21, tendo em vista a peculiaridades do caso concreto.

Anexe-se aos mandados cópia da Resolução n. 03/2013.

João Pessoa, 15 de fevereiro de 2016.

GIULIANA MADRUGA BATISTA DE SOUZA FURTADO
JUÍZA DE DIREITO

DATA

Recebido hoje
João Pessoa, 16 de 02 de 16.

Assinado eletronicamente por: FRANCIMARIO FURTADO DE FIGUEIREDO - 17/12/2019 18:10:29
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121719144700000000026209735
Número do documento: 19121719144700000000026209735

Assinado eletronicamente por: MANUEL MARIA ANTUNES DE MELO - 01/05/2022 13:52:36
https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22050113523577200000054622818
Número do documento: 22050113523577200000054622818

Documento 2 página 3 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.87957.93561.86911.21463-1
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 08:59

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520224368379

Nome original: PROCESSO_ 0045042-41.2013.8.15.2001 - DESPACHO GRATUIDADE JUDICIÁRIA.pdf

Data: 30/05/2022 06:42:23

Remetente:

Thiago Gomes Duarte
4ª Seção (7ª, 12ª e 15ª Varas Cíveis)
TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: Requisição de reserva orçamentária e pagamento de honorários periciais. Processo nº 0045042-41.2013.8.15.2001, em curso na 12ª Vara Cível da Capital. Acompanha documentos anexos.

Documento 3 página 1 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21636.86911.93561.08957-8
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 08:59

30/05/2022

Número: **0045042-41.2013.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**
Órgão julgador: **12ª Vara Cível da Capital**
Última distribuição : **22/11/2013**
Valor da causa: **R$ 5.000,00**
Assuntos: **Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
VALDI PEREIRA DURAND (AUTOR)	HAMILTON COSTA (ADVOGADO) JOSE RICARDO DE ASSIS ARAGAO COSTA (ADVOGADO)
J T F ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - ME (REU)	MARIO GOMES DE ARAUJO JUNIOR (ADVOGADO) GIORDANA COUTINHO MEIRA DE BRITO (ADVOGADO)
JOSE TARCISIO FERNANDES FREIRE (TERCEIRO INTERESSADO)	
DORIVAL JOSE FERNANDES E ARAUJO (TERCEIRO INTERESSADO)	

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
57717693	01/05/2022 13:52	PROCESSO_ 0045042-41.2013.8.15.2001 - DESPACHO GRATUIDADE JUDICIÁRIA	Outros Documentos

Documento 3 página 2 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21636.86911.93561.08957-8
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 08:59

86

ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA CAPITAL
12ª VARA CÍVEL

PROCESSO Nº 0045042-41.2013.815.2001

Vistos, etc.

Com gratuidade.

Cite-se o réu para responder à ação, no prazo de quinze dias, sob pena de revelia.

João Pessoa, 03 de dezembro de 2013.

Erica Tatiana S. Amaral Freitas
Juíza de Direito

Recebi os presentes autos do(a) MM. Juiz(a) nesta data.
João Pessoa, 04/12/2013

Analista/ Técnica Judiciária

Documento 3 página 3 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21636.86911.93561.08957-8
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 08:59

559

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL DA CAPITAL (PB)

Processo nº 0045042-41.2013.815.2001
Autor: Valdi Pereira Durand
Ré: JTF Engenharia e Construções LTDA.

BETÂNIA MICHELLE MARTINS RODRIGUES, Perita Oficial Criminal em exercício no Setor de Documentoscopia Forense do Instituto de Polícia Científica do Estado da Paraíba, matrícula nº 155.742-4, Perita do Juízo nos presentes autos, tendo concluído o encargo para o qual foi honrosamente nomeada, vem à presença de V. Exa. **requerer a juntada do anexo Laudo de Perícia Grafoscópica, impresso no anverso de 47 (quarenta e sete) folhas e dos Docs. 01 a 06 que o acompanham; bem como do seu *Curriculum Vitae*, a fim de comprovar o grau de especialização pericial**.

Isto posto, **requer seja requisitado ao Tribunal de Justiça da Paraíba o pagamento dos honorários periciais arbitrados por este Juízo em R$ 388,21 (trezentos e oitenta e oito reais e vinte e um centavos – fl. 500), os quais roga sejam majorados em 5 (cinco) vezes, caso entenda cabível V. Exa., em atenção ao grau de especialização da Perita, ao zelo e qualidade técnica do trabalho, à complexidade e responsabilidade do encargo e ao tempo e diligência exigidos para sua realização (conforme faculta o art. 5º da Resolução 09/2017 do TJPB)**, a fim de que possa ser efetivamente remunerada pelo trabalho realizado e ressarcida das despesas de execução, colocando-se à inteira disposição do Juízo para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários a qualquer tempo, relativos ao encargo anteriormente assumido.

Seguem seus contatos profissionais para comunicação com o Juízo, bem como os dados para pagamento dos horários periciais:

Celular/WhatsApp: (83) 99658-1165
Endereço eletrônico: betaniarodriguesperita@gmail.com
Dados bancários:
Caixa Econômica Federal
Agência 1456
Conta Corrente 3901-3
Operação 001
Titular: Betânia Michelle Rodrigues Ramalho
CPF nº 023.688.614-24
Pasep nº 1.902.624.240-1

Termos em que,
Pede Deferimento.

João Pessoa (PB), 10 de dezembro de 2018.

DRA. BETÂNIA MICHELLE MARTINS RODRIGUES
PERITA OFICIAL CRIMINAL – DOCUMENTOSCOPIA FORENSE
PERITA DO JUÍZO

Documento 4 página 1 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21333.80441.93561.12067-8
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

f560

CURRICULUM VITAE

Betânia Michelle Martins Rodrigues

Brasileira, casada, Perita Oficial Criminal, Matrícula nº 155.742-4, RG nº 2144948 SSP/PB, CPF nº 023.688.614-24, PASEP nº 1.902.624.240-1
Celular/WhatsApp: (83) 99658-1165
E-mail: betaniarodriguesperita@gmail.com

OBJETIVO

Fornecimento de Informações Cadastrais para qualificação como Perita Grafoscópica e comprovação da especialidade pericial.

FORMAÇÃO

FORMADA PERITA OFICIAL CRIMINAL, ACADEPOL, CONCLUSÃO EM 2004.

Pós-graduada em Direito Processual Civil, com habilitação para o ensino superior (Metodologia do Ensino Superior I e II; e Metodologia da Pesquisa Científica), UnP, conclusão em 2002.

Graduada em Direito, UNIPÊ, conclusão em 2000.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Atuação como Perita Judicial Grafoscópica em dezenas de processos de natureza cível (inclusive PJE), tais como:
200.2009.002.825-5 – 9ª VARA CÍVEL DA CAPITAL (PB);
200.2006.027.823-7 – 3ª VARA CÍVEL DA CAPITAL (PB);
0002350-60.2012.815.0611 – VARA ÚNICA DE MARI (PB);
0003143-35.2015.815.0371 – 4ª VARA DE SOUSA (PB);
0804745-45.2016.815.2003 – 1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA (JP/PB).

Pleito Eleitoral do dia 28.10.2012 - JUÍZO ELEITORAL DA 76ª ZONA
Atuação como Perita Grafotécnica pelo Centro de Comando Integrado criado pelo TRE/PB, em conjunto com outros órgãos responsáveis pela segurança pública do Estado da Paraíba, para verificar a autenticidade ou falsidade material de assinaturas ou textos manuscritos e/ou sua autoria, com vistas ao bom e regular andamento das Eleições Municipais do ano em referência.

13 e 14.01.2011 – Academia de Ensino de Polícia Civil da Paraíba – AEP (ACADEPOL)
Cargo: Docente
Principais atividades: Planejamento, elaboração de material didático, ensino e avaliação da Disciplina de Grafoscopia no Curso de Formação de Perito Oficial Criminal, com carga horária de 10 horas/aula.

17.09.2007 a 31.10.2007 – Academia de Ensino de Polícia Civil da Paraíba – AEP (ACADEPOL)
Cargo: Docente
Principais atividades: Planejamento, elaboração de material didático, ensino e avaliação da Disciplina de Documentoscopia no Curso de Formação de Auxiliar de Perito, com carga horária de 20 horas/aula.

Desde 2005 – Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba
Cargo: Docente

Documento 4 página 2 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21333.80441.93561.12067-8
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

Principais atividades: Planejamento, elaboração de material didático, ensino e avaliação da Disciplina de Criminalística no Curso de Formação de Sargentos – CFS 2005, com carga horária de 30 horas/aula; e nos Cursos de Formação de Soldados – CFSD 2005, 2006, 2007 e 2009, cada um com carga horária de 30 horas/aula.

Desde 2005 – Instituto de Polícia Científica da Paraíba
Cargo: Perita Oficial Criminal
Principais atividades:
Desde 2007 – Setor de Documentoscopia: Realização de perícias, elaboração de Laudos, documentos técnicos de informação e estudos no campo da Documentoscopia. Análises envolvendo assinaturas, rubricas, escritos apócrifos, documentos de identificação e segurança, documentos particulares, papel moeda, entre outras.
De 2005 a 2007 - Setor de Balística Forense: Realização de Perícias e elaboração de Laudos.

De 2000 a 2004 – Lima & Barreto Advocacia Empresarial
Cargo: Advogada sócia
Principais atividades: Prática da advocacia e consultoria jurídica.

QUALIFICAÇÕES E ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Participação como ouvinte nos Módulos de Grafoscopia I e II (Professor Samuel Feuerharmel – Perito Criminal Federal) do Curso de Especialização *latu sensu* – Perícia Criminal e Ciências Forenses do IPOG – Instituto de Pós-Graduação e Graduação – João Pessoa em agosto e setembro de 2018.

Treinamento sobre Identificação de Itens de Segurança Constantes nos Documentos de Segurança, nas Cédulas e Moedas do Real, com carga horária de 25 horas, realizado na Casa da Moeda do Brasil, Rio de Janeiro/RJ, de 13 a 16 de agosto de 2012.

Curso de Formação de Formadores à distância, Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp, de 25.02.2010 a 14.04.2010.

Participação como trabalhadora na Audiência Pública do Conselho Nacional de Segurança Pública – Região Nordeste, João Pessoa/PB, em 26.03.2010.

Participação no III Congresso Internacional de Perícia Criminal, XX Congresso Nacional de Criminalística e XX Exposição de Tecnologias Aplicadas à Criminalística, com carga horária de 40 horas, promovido pela Associação Brasileira de Criminalística, João Pessoa/PB, de 04 a 09 de outubro de 2009.

Participação no II Seminário Nacional de Documentoscopia, com carga horária de 40 horas/aula, promovido pela Academia Nacional de Polícia do Departamento de Polícia Federal, Brasília/DF, de 17 a 21.09.2007.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Membro do *chat* nacional de Peritos Criminais Estaduais e Federais em Documentoscopia Forense.

Autora da Recomendação Técnica de 22 de maio de 2017, oriunda do Setor de Documentoscopia Forense/Nucrim JP/IPC/PB, destinada a todas as Delegacias e Varas Criminais do Estado da Paraíba, que renovou a orientação do protocolo referente ao envio de material para análise, a fim de viabilizar e aperfeiçoar as perícias realizadas pelo referido Setor.

Documento 4 página 3 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21333.80441.93561.12067-8
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

Autora da Recomendação Técnica de 23 de agosto de 2011, oriunda do Setor de Documentoscopia Forense/Gecrim/IPC/PB, destinada a todas as Delegacias e Varas Criminais do Estado da Paraíba, que orientou o protocolo referente ao envio de material para análise, a fim de viabilizar e aperfeiçoar as perícias realizadas pelo referido Setor.

Ascensão Funcional como Perita Oficial Criminal do Estado da Paraíba da 3ª para a 2ª classe no ano de 2008, e desta para a 1ª classe no ano de 2011.

João Pessoa (PB), outubro de 2018.

Documento 4 página 4 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21333.80441.93561.12067-8
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

LAUDO DE PERÍCIA GRAFOSCÓPICA

Documento 4 página 5 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21333.80441.93561.12067-8
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

Betânia Rodrigues
Perícias Grafoscópicas

LAUDO DE PERÍCIA GRAFOSCÓPICA

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis (15/02/2016) nesta cidade de João Pessoa/PB, de conformidade com a legislação e os dispositivos regulamentares vigentes, pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Comarca da Capital/PB foi nomeada Perita do Juízo nos autos do Processo nº 0045042-41.2013.815.2001 a **Dra. Betânia Michelle Martins Rodrigues,** Perita Oficial Criminal de Primeira Classe, Matrícula nº 155.742-4, em exercício no Setor de Documentoscopia Forense do Núcleo de Criminalística de João Pessoa – Instituto de Polícia Científica/PB, Perita Judicial em Grafoscopia e Documentoscopia, Professora da Disciplina de Grafoscopia e Documentoscopia pela Academia de Ensino de Polícia Civil da Paraíba e Professora da Disciplina de Criminalística pelo Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba, a fim de proceder à Perícia Grafoscópica nos documentos adiante relacionados.

I. HISTÓRICO

Em 12/05/2016 a Perita foi intimada de sua nomeação para atuar nos autos do processo acima especificado, a fim de realizar Perícia Grafoscópica. Após as providências processuais regulares, a Perita foi intimada para proceder ao encargo (fl. 557), tendo tomado ciência e feito carga dos autos para tanto em 16/10/2018 (fl. 557-v).

Trata-se de Perícia Grafoscópica na assinatura em nome de JOSÉ TARCÍSIO FERNANDES FREIRE, representando a empresa JTF ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA., aposta em contrato de compra e venda de imóvel em torno do qual gira a controvérsia dos autos, tendo sido tal assinatura questionada pelo referido titular, que forneceu padrões para confronto grafoscópico às fls. 501/508, em documento adiante denominado Peça Padrão P.P.7.

Em cumprimento ao presente encargo a Perita signatária procedeu à leitura de peças processuais para uma melhor delimitação da perícia e identificou nos autos amostras adicionais da assinatura do Sr. José Tarcísio Fernandes Freire para serem usadas como paradigmas no confronto grafoscópico, tendo selecionado mais seis documentos contendo amostras naturais (fornecidas sem finalidade pericial), sendo três contemporâneos às assinaturas questionadas (adiante denominados Peças Padrão P.P.1 a P.P.3) e três posteriores (Peças Padrão P.P.4 a P.P.6).

Em seguida a Perita realizou diligência junto ao Cartório Eunápio Torres e procedeu ao exame *in loco* do contrato questionado (adiante denominado Peça Questionada P.Q.) diretamente em sua via original, tendo na oportunidade obtido fotografias e a digitalização do mesmo para ilustração do presente Laudo (vide Item II, adiante).

Assim, de posse dos documentos adiante descritos como Peça Questionada P.Q. e Peças Padrão P.P.1 a P.P.7, respaldada nos conhecimentos que regem a Documentoscopia e

Documento 4 página 6 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21333.80441.93561.12067-8
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

utilizando equipamentos adequados, passa a Perita signatária a examinar e relatar o que segue:

II. DA DILIGÊNCIA

Em 05/11/2018 a Perita realizou diligência junto ao Cartório Eunápio Torres onde foi localizada a via original do contrato questionado, adiante denominado Peça Questionada P.Q., tendo-o examinado *in loco*, analisando a assinatura questionada à vista desarmada, com o auxilio de lupa e de iluminação e ampliação digital (*ZoomIt*), e obtido fotografias e digitalização de qualidade para análises posteriores e ilustração do presente Laudo.

Durante a diligência foi identificado visto com esquema semelhante ao utilizado pelo Sr. José Tarcísio Fernandes Freire (Peças Padrão P.P.1, P.P.2, P.P.3 e P.P.7) na primeira folha do contrato questionado, tendo este sido analisado na presente perícia como visto questionado (Visto Questionado V.Q.).

Na oportunidade foi esclarecido que toda e qualquer transação imobiliária pública envolvendo o imóvel objeto do contrato questionado teria que ser registrada sob a mesma matrícula, tendo-lhe sido disponibilizados todos os documentos arquivados no Cartório, referentes ao imóvel em questão (Unidade Autônoma nº 209 do Edifício Tambaú Flat Service, situado na Avenida Epitácio Pessoa, nº 5.000, esquina com a Rua Marcionila da Conceição, Cabo Branco, nesta Capital/PB).

A documentação apresentada continha o Contrato de Compra e Venda cuja cópia se acha às fls. 109/111 dos autos (Peça Questionada P.Q.) acompanhado de documentos comprobatórios relativos à transação nele constante, como guias de pagamento de ITBI e Emolumentos e Contrato Social da empresa (12ª Alteração – abertura de filial). (Vide cópias em anexo – Docs. 01 a 06).

Documento 5 página 1 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

Betânia Rodrigues
Perícias Grafoscópicas

Documento 5 página 2 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

III. DA PEÇA QUESTIONADA P.Q.

Trata-se do documento reproduzido a seguir, **sendo de interesse para a perícia a assinatura em nome de José Tarcísio Fernandes Freire aposta sobre pauta na segunda folha e o visto a ele atribuído aposto em campo não pautado na borda esquerda da primeira folha**:

Documento 5 página 3 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

Betânia Rodrigues
Perícias Grafoscópicas

PEÇA QUESTIONADA P.Q.1-Fl. 1

CONTRATO DE COMPRA E VENDA

C 6028

(1) OUTORGANTE VENDEDOR
NOME: J T F - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LIMITADA, C.N.P.J. nº 54.417.621/0001-02, representada pelos sócios: JOSÉ TARCÍSIO FERNANDES FREIRE, brasileiro, casado, / Engenheiro Civil, portador da cédula de identidade RG 11.573.524/SSP-SP e do CPF (MF) 025.145.754-00, residente e domiciliado nesta Capital do Estado de São Paulo, sito à Rua Canário, 1.007 - aptº 111, bairro de Moema, CEP 04521; FRANCISCO / MAZZA NETO, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, portador da cédula de identidade RG 5.006.045 - SSP-SP, e CPF (MF) 748.340.028-53, residente e domiciliado nesta capital do Estado de São Paulo, sito à Rua Canário, 1.007 - aptº 62, bairro de Moema, CEP 04521 e LUIZ RENATO MARÇAL MAZZA, brasileiro, casado, Engenheiro Civil portador da célula de identidade RG 8.051.855/SSP-SP, CPF(MF) 005.787.618-58, residente e domiciliado nesta capital do Estado de São Paulo, sito à Rua Pintassilgo, 426 - aptº 114, bairro de Moema, CEP 04514, únicos sócios componentes da sociedade JTF - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, estabelecida nesta Capital de São / Paulo, sito à Rua Professor João de Oliveira Torres, 457, bairro do Jardim Amália Franco, CEP 03337, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o (NIRC) 35.203.104.594, em sessão de 24 de abril de 1.985

(2) OUTORGANTE COMPRADOR
NOME: VALDI PEREIRA DURAND, brasileiro, solteiro, maior, professor, CPF(MF) 044.802.954-53, residente e domiciliado na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, à rua Epitácio Pessoa, 4595 - aptº 105-B, bairro de Tambaú, CEP 58.039-000, João Pessoa-PB.

(3) DISCRIMINAÇÃO DO IMÓVEL:
Aptº sob o nº 209, do Edifício TAMBAÚ FLAT SERVICE, situado na Avenida Epitácio / Pessoa, nº 5.000, esquina com a Rua Marcionila da Conceição, no Bairro do Cabo / Branco, na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, de propriedade da firma JTF ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CGC/MF Nº 54.417.621/0001-02. estando o referido imóvel hipotecado ao BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A-BANESPA, objeto do registro AV-12-31.386, do Livro 2-BN, fls 15, em 22 de junho de 1995, cujo débito/ será liquidado pela PROMITENTE VENDEDORA junto ao respectivo BANCO, no prazo de 90 (NOVENTA) dias, sendo que o PROMITENTE COMPRADOR, receberá do BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A., a liberação da hipoteca, a fim de escriturar definitivamente o imóvel para o seu nome, independentemente da anuência da nossa empresa JTF - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LIMITADA

(4) VALOR DO IMÓVEL:R$ 8.000,00(OITO MIL REAIS), sendo que o PROMITENTE COMPRADOR paga neste ato a importância de R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS) em moeda corrente do País, dando plena, geral e irrevogável quitação pela importância ora recebida, cuja empresa PROMITENTE VENDEDORA responde pela evicção de direito e vícios redibitórios, nnada havendo a reclamar do PROMITENTE COMPRADOR, Sr. VALDI PEREIRA DURAND, CPF(MF) 0441802.954-53, identidade nº 145.987-SSP/PB.

(5) A JTF - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LIMITADA, declara que o imóvel descrito acima,encontra-se com alienação junto ao BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A-BANESPA, estando o mesmo livre de ações JUDICIAIS OU EXTRAJUDICIAIS e, pelo presente instrumento / vende, como de fato tem vendido, com todas as suas benfeitorias ao PROMITENTE COMPRADOR pelo preço de R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS), podendo usar, gozar e dispor livremente como seu que fica sendo de hoje em diante, obrigando-se por si e seus sucessores, a todo o tempo a fazer esta venda sempre boa, firme e valiosa, responden-

Documento 5 página 4 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

PEÇA QUESTIONADA P.Q.1-Fl. 2

do. pela evição de direito de direito quando da autoria, sendo que caso haja DESISTÊNCIA, o promitente VENDEDOR pagará o valor ora recebido em dobro.

(6) - Todas as taxas, impostos e despesas correlatas que indidirem ou venha a incidir sobre o imóvel objeto do presente instrumento, correrão por conta do PROMITENTE VENDEDOR, até a data da entrega do imóvel ao PROMITENTE COMPRADOR, ficando esclarecido que as despesas referente ao imposto de trasmissão, escritura e demais taxas que recairem sobre o imóvel, Aptº 209, Ed. Tambaú FLAT, serão por conta do PROMITENTE COMPRADOR , Sr. VALDI PEREIRA DURAND.

(7) - Por acharem de pleno e comum acordo, as partes contratantes assinam o presente instrumento, na presença de duas (2) testemunhas em 3 (três) vias e de igual teor e forma, ficando eleito para dirimir dúvidas e processar as ações derivadas do presente / instrumento de CONTRATO DE COMPRA E VENDA, é o da comarca de João Pessoa, Estado da Paraíba, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado / que seja ou venha a ser, independente que seja o domicílio ou residência atuais ou futuras dos CONTRATANTES.

João Pessoa, 24 de junho de 1.995

CARTÓRIO CLAUDINO GOMES
3º OFÍCIO
Reconheço a(s) Firma(s) e Letra(s) de
Francisco Fernandes Freire
Dou Fé.
Santa Rita-PB, 09 de 08 de 2013.

José Tarcísio Fernandes Freire

Francisco Nazaré Neto

Luiz Renato Marçal Neto

Valdi Pereira Durand

TESTEMUNHAS:

SOUTO
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
Beta: Maria Angela Souto Cantalice
Tabelã
1º OFÍCIO DE NOTAS
2º TABELIONATO DE PROTESTOS
PRAÇA 1817, Nº 40 - CENTRO
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
JOSE TARCISIO FERNANDES FREIRE
conforme autografo arquivado neste Cartório.
Joao Pessoa, 28/06/2013. Em Testemunho da verdade.
Jose Francisco da Silva (Escrevente)

SOUTO
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
Beta: Maria Angela Souto Cantalice
Tabelã
1º OFÍCIO DE NOTAS
2º TABELIONATO DE PROTESTOS
PRAÇA 1817, Nº 40 - CENTRO
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
VALDI PEREIRA DURAND
conforme autografo arquivado neste Cartório.
Joao Pessoa, 28/06/2013. Em Testemunho da verdade.
Jose Francisco da Silva (Escrevente)

Documento 5 página 5 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

PEÇA QUESTIONADA P.Q.1-Fl. 2-v

Eunápio Torres
2º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
(Zona Norte) João Pessoa (PB)
PRENOTADO NO LIVRO DE PROTOCOLO
Nº 40 Fls. 82 Sob o Nº de Ordem 243144
Em 08 DE 08 de 13
OFICIAL

Eunápio Torres
2º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
(Zona Norte) João Pessoa (PB)
Prenot no Prot. 111 Sob nº 243825 Pág. 95
Registrado na Matrícula Sob nº 103.647
Sob o nº de Ordem R -2- 103.647
João Pessoa(PB) 14 de 08 de 2013

Eunápio Torres
6º SERVIÇO NOTARIAL E 2º REGISTRAL
Bel.ª Maria Emília Coutinho Torres de Freitas
Tabelião-Oficial do Registro de Imóveis
Bel.ª Maria de Lourdes Coutinho Torres de Freitas
Bel. Francisco Evangelista de Freitas Júnior
Substitutos
Av. Com. Rômulo Ribeiro Coutinho, Nº 300

Documento 5 página 6 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

IV. DAS PEÇAS PADRÃO P.P.1 a P.P.7

Trata-se dos documentos reproduzidos abaixo:

PEÇA PADRÃO P.P.1-Fl. 1

JTF Engenharia e Construções Ltda.

ADITIVO DE CONTRATO PARTICULAR DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMOVEL.

1. PARTES CONTRATANTES

1.1. ALUBASA - ESQUADRIAS, ANODISAÇAO E VIDROS LTDA. Estrada Velha de Campinas, km 3,5, Campinas de Piraja, Salvador, Bahia, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Departamento da Receita Federal do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento sob o No. 14.560.296/0001-00, neste ato devidamente representada por seu Diretor Geral MARIO DIAS WANDERLEY, brasileiro, industrial, residente e domiciliado na cidade de Salvador, Bahia, portador da Cédula de Identidade 105.925-Ministério da Aeronautica, inscrito no cadastro das Pessoas Fisicas do Departamento da Receita Federal do Ministério da Economia, Fazenda e Planjemento sob número 011.885.424-00, doravante denominado de PROMISSARIA COMPRADORA.

1.2. J.T.F. ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA. com sede à Av. Epitácio Pessoa, 1133, sala 202, 2º andar, nesta Capital, inscrita no CGC/MF sob no 54.417.621/0002-85, representada neste ato pelo Dr. José Tarcisio Fernandes Ferreira, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cedula de identidade no 11.573.524/SSP-SP e CPF sob no 005.145.791-00, doravante denominada PROMITENTE VENDEDORA CESSIONARIA.

CLAUSULA PRIMEIRA - A HABILAR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.qualificada no Instrumento de Promessa de Compra e Venda cedeu e transferiu à PROMITENTE VENDEDORA CESSIONARIA o Empreendimento "TAMBAU FLAT SERVICE", situado na av.Epitácio Pessoa,5000 com a rua Marrinhola da Conceição, nesta Capital por Escritura Publica de Venda e Compra lavrada em 26/01/94, no 17º Tabelião de Notas de São Paulo-Capital, devidamente registrada no 2º Oficio de Registro Geral de Imoveis da Zona Norte, Comarca de João Pessoa-Paraiba sob no R.17-21382 do livro 2 BW as folhas 12 com data de 17/03/94, no qual a PROMISSARIA COMPRADORA é adquirente da unidade 1007.

CLAUSULA SEGUNDA - A PROMITENTE VENDEDORA CESSIONARIA reconhece como certo a quitação de unidade, objeto deste instrumento junto à HABILAR Construtora e Incorporadora Ltda e dar a sua anuência, declarando que nada tem a receber relativo à Clausula Sexta do Contrato Original.

CLAUSULA TERCEIRA - Tendo em vista a paralização da obra, quando em poder da CEDENTE, a PROMITENTE VENDEDORA CESSIONARIA comprometer-se-á a concluir a construção dentro do prazo de 18 (dezoito) meses à contar de 25/02/1994, cessadas as hipóteses de paralização da obra constantes da Clausula Sétima do Instrumento Original.

AV. EPITÁCIO PESSOA, 1.133 - 2.º ANDAR - SALA 202
CEP 58030-000 - TEL. (083) 224-3212 - JOÃO PESSOA - PB

Documento 5 página 7 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

Betânia Rodrigues
Perícias Grafoscópicas

PEÇA PADRÃO P.P.1-Fl. 2

519

JTF Engenharia e Construções Ltda.

CLAUSULA QUARTA - A PROMITENTE VENDEDORA CESSIONARIA, por força da Cláusula Primeira e na melhor forma de direito se obriga a cumprir todas as condições do Contrato Primativo, com exceção das alterações constantes da Cláusula Te deste Aditivo.

E por estarem de acordo com as normas e/ou condições estabelecidas no Contrato e respectivo Aditivo, vez que a pretensão dos contratantes é a efetivação do negocio pactuado, assinam o presente que vai subscrito por duas (2) testemunhas.

João Pessoa, 21 de julho de 1994.

J.T.F. ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA
PROMITENTE VENDEDORA CESSIONARIA

ALUBASA - ESQUADRIAS, ANODISAÇAO E VIDROS LTDA
PROMITENTE COMPRADORA

TESTEMUNHAS:

Documento 5 página 8 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

PEÇA PADRÃO P.P.2-Fl. 1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONVITE 1/2010 - INSTRUMENTOS

I - DAS PARTES CONTRATANTES:

1 - PROMITENTE VENDEDORA: [illegible] ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA., construtora civil, inscrita no CNPJ sob nº. [illegible], com sede na cidade de São Paulo-SP, à Rua [illegible], nº. [illegible], conj. [illegible], Bairro Itaim, [illegible] Capital [illegible] Pinheiros, [illegible], 2º andar, sala [illegible], Cambuci, [illegible] neste ato representada por seu sócio Engenheiro José [illegible] Ferreira dos Santos, e de outro lado;

2 - PROMISSÁRIO COMPRADOR:

FIRMA INDIVIDUAL FRANCISCO DE PAULA MOREIRA, localizada à [illegible] de Assis, nº 137 [illegible] representado pelo seu titular, o Sr. **FRANCISCO DE PAULA DELGADO MOREIRA**, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, residente [illegible] Rua [illegible], 366 - Lambari, [illegible] - SP, [illegible] identidade nº [illegible] SSP-SP;

doravante denominados, tão simplesmente apenas PROMITENTE e PROMISSÁRIO, respectivamente, quando se tratar de cada qualquer um deles, em seguida;

II - DO OBJETO:

1 - A PROMITENTE é senhora e possuidora, de uma "área de terreno [illegible] de [illegible] m², situado no lote [illegible] da Rua [illegible], [illegible] Pinheiros, [illegible] Matrícula [illegible], com benfeitorias [illegible] operação, sujeita por cal [illegible] Urbana, [illegible] Zona Oeste da Capital do Estado de São Paulo, [illegible] Processo nº [illegible] [illegible] Compra [illegible] [illegible], [illegible] de Quadra [illegible] [illegible] Capital [illegible] nº [illegible] de [illegible] nº [illegible] de [illegible].

III - DO MEIO PAGAMENTO PRAZO LOCAL:

Ao terceiro sufoco de [illegible], a PROMITENTE e [illegible] a construção e incorporação de "um prédio com [illegible] [illegible] completa [illegible] de [illegible] que se denomina "[illegible]", nos termos da Lei [illegible], de [illegible] de dezembro de [illegible], [illegible] aprovação [illegible] Prefeitura Municipal de São Paulo".

IV - DO PAGAMENTO E DAS OBRIGAÇÕES:

Documento 5 página 9 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

PEÇA PADRÃO P.P.2-Fl. 2

O prédio do "EDIFÍCIO [illegible]" possuía [illegible] seguintes elementos:

a) Fechamento de fachada: [illegible] alvenaria, sobre pilares, [illegible] revestimento de [illegible] com [illegible] de janelas [illegible] elevadores, por [illegible] hall, [illegible] circulação, almoxarifados, depósitos, [illegible] quadro próprio, [illegible] área descoberta.

b) Fechamento horizontal: constituído de lajes de concreto armado, [illegible] corpo, portaria, [illegible] hall, [illegible] circulação, [illegible] despensas, hall [illegible] por jardins, [illegible] terraços, [illegible] paredes [illegible] tetos, [illegible] [illegible]

c) Fechamento Mecânico: [illegible] hall de elevadores, [illegible] escadarias, circulação, [illegible] [illegible] de [illegible] "IV, [illegible] de [illegible]

d) Fechamento Elétrico: [illegible] hall dos elevadores, circulação, escadarias, dependências de [illegible] apartamentos residenciais [illegible] "Padrão Standard" com área privativa de [illegible] m², [illegible] "Padrão Estendido" com área privativa de [illegible] m², [illegible] "Duplex" com área privativa de 48,[illegible] m², [illegible] "Duplex Estendido" com área privativa de [illegible] m², [illegible]

e) Fechamento Hidráulico: [illegible] hall dos elevadores, circulação, escadarias, dependências de [illegible] apartamentos "Padrão Standard", os "Padrões com Estendido" e os "Duplex" [illegible] dependência de empregada, [illegible] m², [illegible] tipo "Duplex" [illegible] m², [illegible] quartos, [illegible] [illegible]

f) Fechamento de [illegible]: [illegible] hall dos elevadores, circulação, escadarias, dependências de [illegible] apartamentos [illegible] duplex [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]

II - A INCORPORAÇÃO DE [illegible] MINAS:

A Incorporadora [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]

Betânia Rodrigues
Pericias Grafoscópicas

PEÇA PADRÃO P.P.2-Fl. 3

514

29,58M², do terreno acima descrito, CIPO DRAFTIT SAÃO.

A unidade residencial ora prometida em venda fora direito a estacionamento de veículo) coberto no pavimento de garagem, através de [illegible] nóbreistas.

VI - DO PREÇO:

1 - O Preço certo e ajustado pela venda ora contratada é de R$ 30.000,00=(Trinta mil reais), pago à vista através do cheque 000002 emitido contra o Banco do [illegible] agência n.0000

2 - O preço estabelecido neste contrato não inclui as despesas de ligações definitivas de serviços públicos, tais como telefone e luz das unidades autônomas, taxas de instalações especiais que, após aprovação do projeto arquitetônico, venha a ser exigido pelos órgãos públicos ou autoridades Federais, Estaduais e Municipais, tanto na parte do perímetro terreno como nas partes internas de maneira geral, quando do "HABITE-SE" do edifício, todas as despesas com as instalações especiais do condomínio e administração necessárias ao funcionamento do sistema hidráulico, tais como: bomba de pontos comuns, maquinas, equipamentos, fardamento do pessoal de serviço, empregados, etc., serão rateados pelos condôminos, devendo a promitente vendedora reembolsar as despesas que tiver realizado para estas finalidades, tendo as mesmas sido pelo promissário a efetuar-las em seu nome, e tal reembolso deverá ser feito, devidamente corrigido pelo índice financeiro indicado para o presente contrato, tão logo seja solicitado pela promitente, podendo inclusive ser cobrado antecipado para tal fim.

3 - É de conhecimento do PROMITENTE que o empreendimento é financiado parcialmente com recursos do Banco do Estado do Pará - BANPARÁ, ficando desde já ciente e de acordo que a hipoteca em seu favor constituída sobre o imóvel objeto deste contrato, pelo PROMITENTE outorgada, responderá como pelo chaves e cadeados do sistema de empreitagem ou outros títulos que lhe forem exigidos por força do empreendimento que pretende realizar, ficando desde já o PROMITENTE [illegible] pelo [illegible] bilidades advindas.

VII - PRAZO DE CONCLUSÃO DAS OBRAS:

O PROMITENTE declara expressamente que a construção deverá estar concluída até [illegible], ressalvados os impedimentos de parte de seus serviços por força maior ou caso fortuito, ou ainda:

a) Greves, Guerras ou Revoluções;
b) Atrasos ou erros das obras prestadas por autoridades ou prestações de serviços terceiros fundeiros;
c) Demora do poder Público na concessão do "HABITE-SE" provisório ou final, ou definitivo, por motivos que independam do PROMITENTE;
d) Interrupção dos meios de transporte;

Documento 5 página 11 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

PEÇA PADRÃO P.P.2-Fl. 4

g) Demora no cumprimento dos serviços pela empresa concessionária do Serviço Público;
h) Inadimplência total ou parcial da Contratada dos PAGAMENTOS, tendo o fluxo normal de caixa do empreendimento;
i) Outros que lhe impedirem no cumprimento do Código Civil.

VIII - DAS ESPECIFICAÇÕES:

O PROMISSÁRIO declara expressamente, para os bons efeitos que conhece e concorda as especificações, memoriais e o plano básico do empreendimento, especificações de materiais, demais elementos da incorporação, tudo de conformidade com os projetos.

IX - DA CESSÃO E DA TRANSFERÊNCIA:

O PROMITENTE Vendedor se obriga a indicar, em qualquer caso de pagamento de qualquer [illegible], na ocasião, instrumento de cessão ou transferência dos direitos adquiridos por este negócio jurídico.

X - DA AUTORIZAÇÃO DA ESCRITURA PÚBLICA:

O PROMITENTE Vendedor se obriga a outorgar e assinar a escritura definitiva de compra e venda do imóvel ora compromissado, livre e desembaraçado de quaisquer ônus ou gravames, quando do [illegible] após [illegible] de [illegible] competente, [illegible] que se processará [illegible] de pagar todas as despesas e [illegible] com registro, incluindo os impostos de transmissão e laudêmios, se houver.

XI-DECLARAÇÕES FINAIS:

O PROMISSÁRIO declara expressamente:

1 - Que conhece o PROMITENTE como tal tendo procurado para o fim de conhecer as responsabilidades decorrentes do Condomínio de que serão detentores e o Estatuto e demais documentos do Condomínio e Condomínios;

2 - Que tem conhecimento de que [illegible] do Condomínio [illegible] de Convenção de Condomínio que [illegible] e obrigações do mesmo, [illegible] disposições [illegible];

3 - Que autoriza o PROMITENTE efetuar modificações nos projetos, [illegible] contratos, de conformidade com os determinados pelo poder público, contanto que tais modificações não impliquem em prejuízo da qualidade das especificações, função ideal, [illegible] ou [illegible] de construção, previstas no memorial.

Documento 5 página 12 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

PEÇA PADRÃO P.P.2-Fl. 5

[illegible]

[illegible]

XII – DA NAO EXECUÇÃO DE OBRAS E DOS ELEMENTOS DO PROJETO

O PROMITENTE se obriga a não executar diretamente obras, bem como fazer alterações, inclusive na medida que promovidas a "Gleba", até o "HORA SE" e entrega das chaves, sem autorização prévia do PROMITENTE.

XIII – OUTRAS CONDIÇÕES

Enquanto não concluídas as obras, fica vedado o acesso ao prédio em edificação, por medida de segurança, sob consentimento prévio e por escrito do PROMITENTE nos casos que julgar conveniente.

Declara o PROMITENTE estar ciente de que a [illegible] possibilidade, as quais podem acarretar [illegible] para a [illegible] PROMITENTE [illegible] prazo [illegible] no [illegible]

Antes da concessão do "HABITE-SE", o PROMITENTE [illegible] em condição pré-[illegible] do PROMITENTE, no projeto de [illegible] "Habite-se", [illegible] pelo [illegible]

Fica estipulado [illegible] "Habite-se", que cabe exclusivamente o PROMITENTE [illegible] Partilhamento Final [illegible] pelo [illegible] terceiro contratado pelo PROMITENTE.

Havendo [illegible] o PROMITENTE [illegible] sobre o andamento das [illegible] e deverão [illegible] respectivo [illegible].

As unidades não [illegible] desocupadas, pagarão o equivalente a [illegible] condomínio [illegible] transferência [illegible].

As despesas [illegible] pelo PROMITENTE [illegible] mesmo [illegible] dos [illegible]

Documento 5 página 13 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

PEÇA PADRÃO P.P.2-Fl. 6

517

[illegible]

[illegible]

[illegible]

PEÇA PADRÃO P.P.3-Fl. 1

CONTRATO PARTICULAR DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA, NA FORMA ABAIXO:

I - DAS PARTES CONTRATANTES:

1 - PROMITENTE VENDEDORA: **J.T.F ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.**, construção civil, inscrita no CGC sob no. 54.417.621/0001-02, com sede na cidade de São Paulo-SP, à Rua Coelho Lisboa, 442, 1 andar, conj. 11/13, bairro Tatuape, e filial nesta Capital à Av. Epitácio Pessoa, 1133, 2 andar, salas 220/204, Tambauzinho, João Pessoa-PB, neste ato representada por seu sócio Engenheiro José Tarcisio Fernandes Freire, e de outro lado:

2 - PROMISSÁRIO COMPRADOR **SEVERINO DE ASSIS JUNIOR**, brasileiro, casado, comerciante, Endereço, Av. Gov. Argemiro de Figueiredo, nº 247 - Aptº 101 - Bessa. - J.Pessoa - Pb. portador do CPF nbº 003.087.064-04 e identidade 9.6986-SSP/PB, doravante denominados, respectivamente apenas PROMITENTE E PROMISSÁRIO, tem entre si, como justo e contratado o que se segue:

II - DO OBJETO:

1 - A PROMITENTE é senhora possuidora, de uma "área de terreno próprio de 2.104,00 m2 situado na Av. Epitácio Pessoa no. 5000, Tambaú, João Pessoa(PB), inscrição Municipal no. 22.004.026, com benfeitorias por aquisiçao feita por Alvará de Outorga Judicial lavrado em 23.12.93 da 7a. Vara Civil da Comarca da Capital do Estado da Paraiba, relativo ao Processo no. 94.54/93, e Escritura de Venda e Compra lavrada em 26.01.94, no 17 Tabelião de Notas de São Paulo e devidamente registrada no 2 Oficio do Registro Geral de Imóveis(Zona Norte) da Comarca desta Capital sob no. R.17-31.386 do Livro 2 BW às fls. 15, de 17.03.94.

III - O EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO:

o terreno antes descrito e caracterizado, a PROMITENTE está promovendo a construção e incorporação de "um prédio construido de unidades residênciais e comerciais tipo "Flat - Service" vinculado a uma completa infra estrutura de hotelaria que se denominará **"TAMBAÚ FLAT"**, nos termos da lei 4.591, de 16 de Dezembro de 1964, para o que fizeram aprovar o respectivo projeto e obtiveram o alvará de construção no.0154, expedido em 04 de Maio de 1990, pela Prefeitura Municipal de João Pessoa".

IV - OS PAVIMENTOS E AS UNIDADES:

O prédio do "TAMBAÚ FLAT" quando edificado terá os seguintes pavimentos:

a) - Pavimento de Garagens - Situado no subsolo, sobre pilares, destinado a estacionamento de veiculos, com acesso através de rampa, escadarias e elevadores, possuindo hall, vestiários, sala de administração, circulação, almoxarifado, depósito, governança/rouparia, refeitório, gerador próprio, sobestação, reservatório de água, casa de bombas e área descoberta.

b) - Pavimento Terreo - Constituido de rampas de acesso, guarita, recepção, portaria, sala PABX gerência e sanitários, escadarias, circulação, lobby, restaurante contendo sanitários, cozinha, distribuição, circulação, refeitório dos funcionários, recepção, câmara frigorifica e despensas, hall e elevadores de serviços, praça central atrium servida por jardins, bar, sanitários e oito lojas voltadas para parte externas, parque infantil e estabelecimento externo para veiculos.

c) - Pavimento Mezanino - Contendo halls de elevadores sociais e de serviço, escadarias, circulação, sala de administração e gerência, sala de apoio e instalação de ar condicionado, jardins, terraços, sala de jogos/TV, salão de convenções com sanitários, copa e depósito.

d) - Pavimentos Tipo - Nove pavimentos constituindo cada um deles de halls dos elevadores, circulação, escadarias, dependências de serviço, 14 apartamentos residênciais, sendo 6 "Studio Standard" com área privativa de 30,70 m2 cada, tendo quarto, kit, varanda e sanitário; 02"Studio c/Saleta" com área privativa de 39,00 m2 cada, tendo quarto,kit,saleta e sanitário; 04 "Quarto e Sala 1" com área privativa de 48,20 m2 cada, tendo quarto, sala, kit, varanda e sanitário; e 02 "Quarto e Sala 2" com área privativa de 45,55 m2 cada, tendo quarto, sala, kit, varanda e sanitário.

e) - 12. Pavimento - Possuindo halls dos elevadores, circulação, escadarias, dependencia de serviço, 06 apartamentos "Studio Standard", 02 "Studio com Saleta" e 01 "Quarto e Sala 1", com as mesmas áreas e dependências das mesmas unidades descritas antes, e mais 05 apartamentos-Tipo "Duplex" com área privativa de 94,30 m2 cada, possuindo 02 quartos, kit, varanda, terraço, piscina, lavabo, sala, área de serviço e sanitário.

Documento 5 página 15 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

PEÇA PADRÃO P.P.3-Fl. 2

f) - Pavimento de Cobertura - Possuindo hall dos elevadores, circulação, escadarias, dependencia de serviço, projeção dos apartamentos duplex já descritos, área descoberta com piscina, deck, varanda, sauna, ducha, área de descanço, portaria de controle e sanitários, telhado, revestimento e casa de máquinas.

V - A PROMESSA DE VENDA:

A romitente Vendedora, neste ato, na melhor forma e para todos os efeitos de direitos, se compromete vender, de modo irrevogável e irretratável, à Promissária Compradora, que da mesma forma se compromete a adquirir a unidade de no 114(Cento e Quatorze) do empreendimento "TAMBAÚ FLAT" com uma área privativa de 30.70M2 , com uma área total de 60,89M2, do terreno antes descrito. (TIPO STANDARD). Vendo-se Sete Quarto Sala.

A unidade residêncial ora prometida em venda terá direito a estacionamento de 01(hum) veiculo no pavimento de garagem, através de manobristas.

VI - DO PREÇO:

1 - O Preço certo e ajustado pela venda ora contratada e de R$ 43.000,00=(Quarenta e três mil reais), pagável da seguinte forma:

a) R$ 13.000,00=(treze mil reais),representado por 1 (hum) automóvel (MONZA) Ano de 1992, cor vinho, placa LS 4526, a título de sinal e principio de pagamento;

b) R$ 30.000,00=(Trinta mil reais), divididos em 30(trinta) parcelas mensais e consecutivas de R$ 1.000,00=(Hum mil reais), iniciando-se o pagamento em 01.06.95, corrigido conforme clausula abaixo:

As Notas Promissórias ora emitidas serão pagas pelo PROMISSÁRIO no dia 01 (Hum) de cada mês, o indice de correção para as duas primeira parcelas será o INCC, . Atendêndo a medida provisória no 851 de 20.01.95., O PROMITENTE obriga-se a apurar a cada 12(doze) meses, a inflação do periodo com base na variaçao ocorrida na Caderneta de Poupança,e a diferença havida entre o Real(R$) e a mesma será assumida pelo PROMISSÁRIO que pagará a PROMITENTE à vista ou será incorporada ao saldo devedor para pagamento durante a quitação das parcelas vincendas. sobre as parcelas vincendas será acrescido 1%(hum por cento) de juros no saldo devedor existente a partir da entrega das chaves do referido imóvel.

Fica facultado ao PROMISSÁRIO a liquidação total ou parcial do seu débito sempre acrescido dos juros convencionados e da correção monetária, "Pro-rata tempore", explicitando-se que, no caso, a incidência dos juros e da correção é projetada até a data dos respectivos pagamentos.

2 - O preço estabelecido neste contrato não inclui as despesas de ligações definitivas de serviços públicos, tais como telefone e luz das unidades autônomas, além das instalações especiais que, após aprovação do projeto arquitetônico, venha a ser exigido pelos orgãos públicos ou autoridades Federais, Estaduais e Municipais, tanto na parte do perimetro terreo como nas partes internas da mesma forma, quando do "HABITE-SE" do edificio, todas as despesas com as instalações especiais do condominio e administração, necessárias ao funcionamento do sistema hoteleiro, tais como, degraus das partes comuns, máquinas equipamentos, fardamento do pessoal de serviço, empregados, etc., serão rateados pelos condôminos, devendo a promitente ser reembolsada das despesas que tiver realizado para estas finalidades, ficando já autorizado pelo promissário a efetua-las em seu nome, e tal reembolso deverá ser feito devidamente corrigido pelo indice financeiro indicado para o presente contrato, tão logo seja solicitado pela promitente, podendo inclusive ser emitido carnê antecipado para tal fim.

3 - A entrega da chave da unidade autônoma ficará condicionada a liquidação de todas as pendências existentes, relativamente as parcelas de amortização.

4 - É de conhecimento do PROMISSÁRIO que o empreendimento é financiado parcialmente com recursos do Banco do Estado de Sao Paulo S.A - BANESPA, ficando desde já certo e estabelecido que a hipoteca ou caução a ser constituida será de inteira responsabilidade pela PROMITENTE outorgada, respondendo assim pelo ônus e vantagens do referido empréstimo ou outros titulos que possam ser exigidos por força da operação que pretenda realizar, exonerando mais uma vez o PROMISSÁRIO das responsabilidades advindas.

5 Na hipótese do Governo criar ou editar, no curso deste contrato, fator especifico de correçao ou reajustamento das parcelas constitutivas do preço mais benéfico que os aqui previstos, assiste a PROMITENTE, o direito de cobrar as diferenças respectivas, integrais ou "pro-rata ", sobre as parcelas da poupança mesmo que estejam pagas pelo PROMISSÁRIO.

VII - PRAZO DE CONCLUSÃO DAS OBRAS :

A PROMITENTE declara expressamente que a construção deverá estar concluida até julho/95, ressalvadas as hipóteses de paralisação dos serviços por força maior ou casos fortuitos, ou ainda:

Documento 5 página 16 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

Betânia Rodrigues
Perícias Grafoscópicas

PEÇA PADRÃO P.P.3-Fl. 3

a) Greve, Guerras ou Revoluçoes;
b) Eventuais encargos das obras provocadas por autoridades ou proprietários de terrenos lindeiros;
c) Demora do poder Público na concessão do "HABITE-SE" provisório parcial, ou definitivo, por motivos que independam da PROMITENTE;
d) Interrupção dos meios de transportes;
e) Periodo prolongado de chuvas que impeçam ou dificulte substancialmente etapas importantes da obra;
f) Falta de material na praça;
g) Demora na execução dos serviços afetos as empresas concessionárias do Serviço §ublico;
h) Impontualidae do PROMISSÁRIO na liquidação dos compromissos avançados;
i) Inadimplência total ou parcial da totalidade dos PROMISSÁRIOS, afetando o fluxo normal de caixa do empreendimento;
j) Outros que se enquadrem no Apt.1058 do Código Civil.

VIII - DAS ESPECIFICAçOES :

O PROMISSÁRIO declara expressamente, para em tempo algum reclamar, que recebeu e conferiu as especificaçoes, metragens e a planta baixa do empreendimento, especificaçoes estas constantes do memorial e demais elementos da incorporação registrada no Cartório de Imóveis competentes.

IX - DA LIQUIDAçÃO ANTECIPADA :

Fica facultado ao PROMISSÁRIO a liquidação total ou parcial do seu débito sempre acrescido dos juros convecionados e da correção monetária, "pro-rata tempore", explicitando-se que, no caso, a incidência dos juros e da correção é projetada até a data dos respectivos pagamentos.

X - DA INADIMPLÊNCIA :

1 - O PROMISSÁRIO obriga-se a pagar pontualmente cada uma das prestações à PROMITENTE, no endereço desta declinado anteriormente, ou outro que por ela for indicado, sob pena de, em não o fazendo, e sem prejuizo das sanções consentâneas de seu inadimplemento, ficar(em) sujeito(a) ao pagamento de juros moratórios de 1%(Hum por cento) ao mês, e da pena convencional de 10%(Dez por cento) calculados sobre o valor corrigido monetáriamente de cada parcela e de acordo com a variação existente no periodo ou, em substituição dos indices aplicáveis a espécie e baixados pelo Governo, desde a data do vencimento e até o efetivo pagamento.

2 - No caso de atraso do pagamento de 03(três) NOTA(S) PROMISSÓRIAS o PROMISSÁRIO, por força contratual e, interpelados judicialmente ou, notificados através do Cartório de Títulos e Documentos, não pagarem a mora no prazo de 15(quinze) dias, contados do recebimento da interpelação ou notificação, acarretará, de pleno jure, a recisão deste Contrato, recisão esta que se operará em favor da PROMITENTE independentemente de qualquer outro procedimento judicial ou extra-judicial, e em consequência, perderá o PROMISSÁRIO desde logo, não só a posse do imóvel prometido, como também 50%(cinquenta por cento) das parcelas pagas por conta do preço pactuado até a época da inadimplência, não lhes cabendo o direito de retenção e indenização por benfeitorias voluptórias, úteis e necessárias, que tenham porventura realizado no citado imóvel, o qual deverá ser restituido incontinenti, sob pena de configuração de esbulho possessório.

3 - Feita a interpelação ou notificação referidas na Cláusula anterior, o PROMISSÁRIO poderá, no prazo nela mencionado, purgar a mora, pagando: a) O valor da NOTA PROMISSÓRIA vencida; b) Os juros moratórios; c) As despesas que a PROMITENTE haja feito com a notificação ou interpelação, bem como as relativas a honorários de advogado, se constituido,à base de 10%(dez por cento) sobre o montante vendido.

XI - DA CESSÃO E DA TRANSFERÊNCIA

A PROMITENTE Vendedora se obriga a intervir sem qualquer custo ou pagamento de qualquer taxa, em eventual instrumento de cessão ou transferência dos direitos objetos do presente negócio jurídico.

XII- DA OUTORGA DA ESCRITURA DEFINITIVA

A PROMITENTE Vendedora se obriga a outorgar a escritura definitiva de compra e venda da unidade ora compromissada, livre e desembaraçada de quaisquer ônus ou gravames, apartir de 180(cento e oitenta) dias após a data de averbação da construção no Registro Imobiliário competente, ficando certo, ainda, que ao promissário cabe a responsabilidade de pagar todas as despesas necessárias a lavratura da escritura e seu registro, inclusive o imposto de transmissão e Laudemios, se houver.

XIII-DECLARAçÕES FIRMADAS

O PROMISSÁRIO declara expressamente

Documento 5 página 17 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

Betânia Rodrigues
Pericias Grafoscópicas

PEÇA PADRÃO P.P.3-Fl. 4

1 - Que constituido a PROMITENTE como bastante procurada para o fim de convocar as Assembléias Gerais do Condominio até que sejam devidamente eleitos o Sindico e demais membros do Conselho consultivo de Condomínio;

2 - Que toma conhecimento neste ato do inteiro teor da escritura de Convenção de Condominio que irá reger a administração do mesmo, cujas disposições se obriga a aceitar;

3) - Que autoriza a PROMITENTE efetuar modificações nos projetos decorrentes de conviniência técnica ou determinados pelo poder público, contando que tais modificações não importam em prejuizos da qualidade das especificações, fração ideal, nem a redução das áreas de construção, privativas ou comuns;

4) - Que manuseou/vertificou as plantas decorativas do apartamento folhetos e outra peças, entendendo que os armários embutidos, outros móveis e a decoração visualizados naquelas peças constituem apenas sugestões decorativas, não fazendo partes integrantes deste contrato;

5) - Que está ciente que o marketing utilizado e as peças publicitárias de jornais e outros veiculos de comunicação não significam transcrição de obrigações para o presente contrato ora firmado.

XIV- DA NÃO EXECUçÃO DE OBRAS E BENFEITORIAS NO IMÓVEL

O PROMISSÁRIO se obriga a não executar diretamente obras, benfeitorias e modificações internas na unidade ora prometida a venda, até o "HABITE-SE" e entrega das chaves, salvo com autorização expressa da PROMITENTE.

XV - OUTRAS CONDIçÕES

Enquanto não concluidas as obras, fica vedado o acesso ao prédio em edificação, por medida de seguraça, salvo consentimento prévio e por escrito da PROMITENTE nas épocas que julgar conveniente.

Declara o PROMISSÁRIO estar ciente de que é de sua exclusiva resposabilidade as quotas-partes proporcionais nas despesas necessárias para a instalação do condominio hoteleiro, podendo eventualmente a PROMITENTE efetuar o desembolso para posterior ressarcimento, conforme previsto na cláusula sexta, item 2 do presente instrumento contratual.

Antes da concessão do "HABITE-SE" a PROMITENTE obriga-se a apresentar em reunião previamente marcada aos adquirentes PROMISSÁRIOS, um projeto de decoracao padronizado, com todas as especificações e caracteristicas do mobiliário, utensilios e aparelhos a serem utilizados nas áreas comuns e de serviço, bem como, nos apartamentos constante do "Poll Hoteleiro", segundo o padrão a ser adotado pela administradora hoteleira.

Fica estipulado, dado as caracteristicas próprias do "TAMBAÚ FLAT", que caberá exclusivamente a PROMITENTE a escolha da empresa Parthenon Flat Service que ficará responsável pela administração hoteleira, para os 2(dois) primeiros anos de funcionamento, dando-se inteiro conhecimento aos PROMISSÁRIOS.

Durante o curso da construção e sempre que houver conveniência, a PROMITENTE expedirá boletins informativos sobre o andamento dos serviços e diversas etapas concluidas do respectivo cronograma.

As unidades não comercializadas, desde que permaneçam totalmente desocupadas, pagarão o equivalente a 60%(Sessenta por cento) das taxas condominais ordinárias e 100%(Cem por cento) das taxas condominais extraordinárias.

As despesas comprovadamente realizadas pela PROMITENTE espressamente previstas nas épocas próprias, sofrerão a incidência da multa, dos juros e da correção monetária prevista na cláusula décima do presente contrato. A PROMITENTE cabe o direito de cobra-las por via execução judicial, em caso de inadiplência.

O PROMISSÁRIO toma conhecimento neste ato, que para a garantia operacional do sistema Apart-Hotel e visando um resultado de rentabilidade máxima para o empreendimento, fica facultado ao mesmo a adesão ou não sobre o bem ora transacionado; com o "POLL HOTELEIRO".

XVI- O presente contrato e irrevogável e irretratável, ressalvado o renunciado as partes contratantes expressamente a faculdade de arrependimento estabelecida no Art. 1095 de Código Civil.

XVII- DO FORO

As partes contratantes ficam obrigadas por si, ou seus herdeiros e sucessores a respeitar e cumprir o presente contrato, e elegem o foro da Cidade de João Pessoa para dirimir quaisquer dúvidas ou litigios decorrentes deste instrumento, renunciando expressamente a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Documento 5 página 18 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

Betânia Rodrigues
Perícias Grafoscópicas

PEÇA PADRÃO P.P.3-Fl. 5

524

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente contrato e 03(Três) vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença de 02(Duas) testemunhas abaixo firmadas, rubricando-os em todas as suas páginas.

João Pessoa, 05 de Maio de 1995.

J.T.F. ENG. E CONSTRUÇÕES LTDA

PROMISSÁRIO

TESTEMUNHAS:

Documento 5 página 19 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

PEÇA PADRÃO P.P.4

PROCURAÇÃO "ad judicia"

JOSÉ TARCÍSIO FERNANDES FREIRE, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 025.145.754-00, residente e domiciliado na rua Coelho Lisboa, 442,1º andar, Conjunto 13, Tatuapé - São Paulo/SP, CEPo 03.323-040, pelo presente instrumento particular de procuração nomeia e constitui seus bastantes procuradores e advogados, **MARIO GOMES DE ARAÚJO JÚNIOR,** inscrito na OAB/PB sob o nº 6.771, **GIORDANA MEIRA DE BRITO**, inscrita na OAB/PB sob o nº 10.975, **JOÃO ÁGRIMA DE MENEZES CHAVES** inscrito na OAB/PB sob o n.º 13.541, e SÂMIA ALVES ARAÚJO, inscrita na OAB/PB sob o nº 15.476 todos com escritório profissional na **Av. Doze de Outubro, n.º 73, Jaguaribe, nesta capital/PB**, a quem confere amplos poderes para foro em geral, da cláusula ***"ad judicia"***, para em qualquer juízo, instância ou Tribunal, até o fim da decisão, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, reconhecer a procedência do pedido, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber e dar quitação, conjunto ou separadamente, substabelecer com ou sem reserva de teor, especialmente para representá-lo na esfera judicial

João Pessoa, 03 de setembro de 2013

JOSÉ TARCISIO FERNANDES FREIRE

Documento 5 página 20 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

PEÇA PADRÃO P.P.5

B11

AUTORIZAÇÃO

OUTORGANTE: JTF ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ Nº 54.417.621/0001-02, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ TARCISIO FERNANDES FREIRE, brasileiro, engenheiro, CPF 025.145.754-00 identidade 11.573.524 SSP/SP, com endereço na Rua Dr. Sodré 122 conj. 72 Vila Olímpica – São Paulo, vem AUTORIZAR o **OUTORGADO**: RAPHAEL ALVES DOS SANTOS, brasileiro, corretor, CPF 084.295.634-40, residente nesta capital, João Pessoa/PB, o qual confere poderes para retirar as guias de ITBI da unidade de nº 910 Tambaú Flat com as devidas cessões de direito.

JTF Engenharia e Construções Ltda – MARIZETE DE AZEVEDO LIMA
CPF: 220 211 406-87

João Pessoa/PB, 10 de Novembro de 2014.

JTF ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
Rep. Legal: Sr. José Tarcisio Fernandes Freire

Documento 5 página 21 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

1386

[redacted]

Betânia Rodrigues
Perícias Grafoscópicas

PEÇA PADRÃO P.P.6

484

COMARCA DA CAPITAL
12.ª VARA CÍVEL

AÇÃO: Indenização Por Danos Morais
PROCESSO: 0045042-41.2013.815.2001
AUTOR (a): Valdi Pereira Durand
1º RÉU (a): JTF Engenharia e Construções LTDA
REPRESENTANTE: José Tarcísio Fernandes Freire
ADVOGADO (a): Giordana Meira de Brito OAB/PB 10.957

AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Aos 24 dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze (2014), às 14h30 horas, na sala de audiências da 12ª Vara Cível, situada no edifício do Fórum Des. Mário Moacyr Porto, nesta Comarca de João Pessoa, no Estado da Paraíba, onde se encontrava o (a) **Dr. (a) MANUEL MARIA ANTUNES DE MELO, MM. Juiz (a) de Direito**, comigo, Técnica Judiciária deste ofício, foi declarada aberta a audiência de Conciliação. Apregoadas as partes, apenas a parte suplicada se fez presente, acompanhada de sua advogada. **Pelo (a) MM Juiz (a) foi dito: "1. Das questões processuais pendentes:** serão apreciadas por ocasião da sentença: **2. Especificações de provas:** a parte suplicada reconvinte requer a produção de prova pericial grafotecnica no contrato de compra e venda acostado às fls. 109/111, para fins de comprovar a falsidade das firmas supostamente lançadas no referido documento por José Tarcísio Fernandes Freire, bem como o depoimento pessoal do autor/reconvindo e de testemunhas a serem oportunamente arroladas: **3. Deliberação judicial:** Considero prejudicada a tentativa conciliatória, ante a ausência da parte promovente devidamente intimada ao presente ato. Intime-se a parte promovente/reconvindo para em 10 dias especificar as provas que eventualmente pretende produzir, sob pena de preclusão." Nada mais havendo a tratar, mandou o (a) MM. Juiz (a) encerrar o presente termo que vai assinado por mim, , Técnica Judiciária, e pelos presentes.

JUIZ (a) DE DIREITO

PROMOVIDO (a)

ADV. (A) PROMOVIDO

Documento 5 página 22 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

PEÇA PADRÃO P.P.7-Fl. 1

Estado da Paraíba
Poder Judiciário
Comarca da Capital
Cartório 12ª Vara

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que compareceu em cartório, nesta data, de forma espontânea, o Sr. José Tarcísio Fernandes Freire, RG nº. 11.573.524-0, acompanhado de sua advogada, a Bela. Giordana Meira de Brito, OAB/PB 10.957, e fez algumas assinaturas, rubricas, vistos e escritas do alfabeto, que foram acostados aos presentes autos, a fim de contribuir para a realização da perícia grafotécnica marcada. Certifico, ainda, que a referida coleta de assinaturas foi feita na presença das seguintes servidoras do cartório: Alessandra Siomara Leite Rebouças Donato, Maria Risomar Jacinto Silva e Rita Edilene de Sousa Diniz.

João Pessoa/PB, 20 de abril de 2016.

Alessandra Siomara L. R. Donato
Analista Judiciário

Documento 5 página 23 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

PEÇA PADRÃO P.P.7-Fl. 2

Documento 5 página 24 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

11.573.524-0 04/ABR/2012

JOSÉ TARCISIO FERNANDES FREIRE

MANOEL FERNANDES SILVA

E EROTIDES FERNANDES FREIRE

MARI -PB 12/JAN/1949

JOÃO PESSOA-PB
JOÃO PESSOA
CC:LV.B175/FLS.535 /N.043034
025145754/00

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

PEÇA PADRÃO P.P.7-Fl. 3

Heráclito Rodrigues
Serviços Cartorários

Documento 5 página 25 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

PEÇA PADRÃO P.P.7-Fl. 4

COLETA DE ASSINATURAS DO SR. JOSÉ TARCÍSIO FERNANDES FREIRE
RG nº. 11.573.524-0. POR EXTENSO.

José Tarcísio Fernandes Freire
José Tarcísio Fernandes Freire
José Tarcísio Fernandes Freire
José Tarcísio Fernandes Freire
José Tarcísio Fernandes Freire
José Tarcísio Fernandes Freire
José Tarcísio Fernandes Freire
José Tarcísio Fernandes Freire
José Tarcísio Fernandes Freire
José Tarcísio Fernandes Freire

Documento 5 página 26 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

PEÇA PADRÃO P.P.7-Fl. 5

COLETA DE ASSINATURAS DO SR. JOSÉ TARCÍSIO FERNANDES FREIRE
RG nº. 11.573.524-0, CONFORME A IDENTIDADE.

Documento 5 página 27 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

Betânia Rodrigues
Perícias Grafoscópicas

PEÇA PADRÃO P.P.7-Fl. 6

506

COLETA DE ASSINATURAS DO SR. JOSÉ TARCÍSIO FERNANDES FREIRE
RG nº. 11.573.524-0, DE FORMA HABITUAL.

Documento 5 página 28 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

1593

Betânia Rodrigues
Perícias Grafoscópicas

PEÇA PADRÃO P.P.7-Fl. 7

307

ESCRITA DO ALFABETO EM LETRA MAIÚSCULA E MINÚSCULA DO SR. JOSÉ TARCÍSIO FERNANDES FREIRE - RG nº. 11.573.524-0.

A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, U, V, W, X e Z.

a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p, q, r, s, t, u, v, w, x, z,

Documento 5 página 29 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

Betânia Rodrigues
Perícias Grafoscópicas

PEÇA PADRÃO P.P.7-Fl. 8

508

RESUMO DE RUBRICA (VISTO) DO SR. JOSÉ TARCÍSIO FERNANDES FREIRE - RG nº. 11.573.524-0.

Documento 5 página 30 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

V. OBJETIVO DA PERÍCIA

A presente perícia tem como objetivo verificar se a assinatura em nome de José Tarcísio Fernandes Freire e o visto a ele atribuído, ambos apostos na Peça Questionada P.Q. (Assinatura Questionada A.Q. e Visto Questionado V.Q.), provieram do punho escritor do seu legítimo titular, que apôs as assinaturas e os vistos paradigmas nas Peças Padrão P.P.1 a P.P.7.

Portanto, objetiva a perícia a verificação da autenticidade da Assinatura Questionada A.Q. e do Visto Questionado V.Q.

VI. TIPO DE PERÍCIA

Trata-se de perícia grafoscópica, analítica comparativa de cinética e estrutura gráfica entre os grafismos questionados e os grafismos paradigmas.

VII. MÉTODO

Para a realização da perícia foi utilizado o Método Grafocinético.

VIII. DOS EXAMES

Foram realizados exames macroscópicos e microscópicos com vistas:

- ✓ Ao estudo da constituição dos traços e da qualidade do traçado dos grafismos examinados;
- ✓ À análise da natureza das escritas questionadas e da escrita padrão;
- ✓ À análise da margem de variação natural e da evolução da escrita padrão; e
- ✓ À detecção, em cada grafismo analisado, de um conjunto de características que, partindo do geral para o particular, abrangem elementos de ordem geral da escrita, de natureza subjetiva e objetiva, e elementos de ordem grafocinética, para posterior cruzamento.

O procedimento relatado a seguir descreve as análises realizadas e os resultados obtidos:

A Perita examinou individual e minuciosamente **a assinatura em nome de José Tarcísio Fernandes Freire aposta na Peça Questionada P.Q. (Assinatura Questionada A.Q.)** observando seu traçado, natureza e características.

Em seguida a Perita adotou o mesmo procedimento em relação **às assinaturas paradigmas apostas pelo Sr. José Tarcísio Fernandes Freire nas Peças Padrão P.P.1 a P.P.7**, observando ainda a margem de variação natural e a evolução da escrita no período compreendido entre 1994 e 2016.

Documento 5 página 31 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

A autenticidade das assinaturas apostas em documentos particulares (Peças Padrão P.P.1 a P.P.5) foi previamente averiguada mediante o confronto destas com as assinaturas apostas em documentos de autenticidade conhecida (Peças Padrão P.P.6 e P.P.7). Foi observado que **todas elas partiram de um mesmo punho escritor, sendo, portanto, autênticas.**

A Perita passou, então, ao **exame de confronto**, analisando a autenticidade da assinatura questionada aposta na Peça Questionada P.Q. por meio do cotejo entre os característicos nela observados e os característicos observados nas assinaturas paradigmas apostas nas Peças Padrão P.P.1 a P.P.7, **tendo sido constatadas as seguintes DIVERGÊNCIAS**:

01. Aspecto geral da escrita;
02. Velocidade;
03. Pressão;
04. Dinamismo;
05. Ritmo;
06. Projeção da escrita;
07. Grau de habilidade do punho escrevente;
08. Inclinação axial;
09. Proporcionalidade de espaçamentos intergramáticos;
10. Disposição do contexto;
11. Proporcionalidade das minúsculas;
12. Valores angulares e curvilíneos;
13. Ataques;
14. Remates;
15. MORFOCINÉTICA;
16. Idiografocinetismos.

ILUSTRAÇÃO
(P.Q. x P.P.1 a P.P.7)

Os destaques em vermelho, numerados coincidentemente na assinatura questionada e nas assinaturas paradigmas, ilustram as divergências de ordem geral e grafocinética apontadas acima, à exceção dos elementos 1 a 7, cuja natureza subjetiva não permite demonstração:

P.Q.

Documento 5 página 32 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

Betânia Rodrigues
Perícias Grafoscópicas

P.P.1 a P.P.7

João Pessoa, 21 de julho de 1994.

Documento 5 página 33 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

Betânia Rodrigues
Perícias Grafoscópicas

RECORTES
ASSINATURA QUESTIONADA/ASSINATURAS PARADIGMAS

Documento 5 página 34 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

A Perita prosseguiu com a análise individual **do visto atribuído a José Tarcísio Fernandes Freire aposto na Peça Questionada P.Q. (Visto Questionado V.Q.)**, observando igualmente seu traçado, natureza e características, destacando incialmente que se trata de grafismos arbitrários, exíguos e pouco complexos.

A Perita repetiu o procedimento em relação **aos vistos paradigmas apostos pelo Sr. José Tarcísio Fernandes Freire nas Peças Padrão P.P.1, P.P.2, P.P.3 e P.P.7**, observando ainda a margem de variação natural e a evolução da escrita no período compreendido entre 1994 e 2016.

A autenticidade dos vistos lançados em documentos particulares (Peças Padrão P.P.1 a P.P.3) também foi previamente averiguada mediante o confronto destes com os vistos apostos Peças Padrão P.P.7, de autenticidade conhecida, **estendendo-se a autenticidade a todos os vistos questionados**.

Por fim, **o confronto de autenticidade** entre o visto questionado e os vistos paradigmas revelou **DIVERGÊNCIAS ORGANOGRÁFICAS**, conforme ilustrado a seguir:

Documento 5 página 35 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

ILUSTRAÇÃO
(V.Q. x V.P.)

Foram observados ainda nos grafismos questionados:

Índices de artificialismo: morosidade, indecisões, paradas anormais e emendas na assinatura questionada; e morosidade, indecisão e retoque com repasse no visto questionado:

Documento 5 página 36 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

Erros de interpretação e ausência da cetra:

Marcas de esforço na aproximação morfológica e cinética divergente ou antagônica:

Instrumentos escreventes de características semelhantes (retoque/repasse com instrumento diverso):

Documento 5 página 37 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

IX. CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS

Trata-se de perícia grafoscópica em uma assinatura aposta em contrato arquivado em cartório, tendo a Perita realizado o exame direto *in loco* da via original do documento questionado, que ofereceu amplas condições de análise dos grafismos questionados.

Quanto aos documentos paradigmas, todos foram analisados em suas vias originais (à exceção da P.P.4, digitalizada e impressa em cores), oferecendo, igualmente, amplas condições de análise. As amostras paradigmas foram confrontadas entre si e se mostraram provenientes de um mesmo punho escritor, o que conferiu autenticidade a todas as assinaturas e vistos paradigmas, que atenderam também aos demais requisitos dos padrões gráficos de confronto, emprestando rigor científico às análises.

Foram ainda analisadas a natureza das escritas questionada e padrão, contendo esta última, além de amostras autênticas, adequadas, contemporâneas (e extemporâneas) e em quantidade (e de períodos diversos), amostras naturais (lançadas sem finalidade pericial), dotadas de maior confiabilidade.

Finalizando as análises preliminares, foram observadas a margem de variação natural (entre grafismos contemporâneos) e a evolução da escrita paradigma no período de 1994 a 2016, fornecendo um panorama seguro para o confronto, uma vez que a assinatura questionada foi lançada dentro desse período (1995) e que a escrita paradigma apresentou maturidade gráfica, sem variação considerável no período de 22 anos.

Feitas estas considerações, passemos ao mérito do presente exame.

O confronto entre a assinatura questionada e as assinaturas paradigmas revelou divergências indicativas de dualidade de punhos com qualidade, quantidade e expressão suficientes para a conclusão de falsidade.

Destaque para os característicos de ordem geral subjetivos como o dinamismo, o ritmo, a projeção da escrita e a habilidade do punho escritor, e para os característicos de ordem grafocinética, mais sutis e por isso mesmo robustos, determinantes para a identificação do punho escritor, posto refletirem suas características intrínsecas.

Foram identificados erros de interpretação, a exemplo do "r" e do "c", que, por suas características morfológicas foram interpretados como laçadas arbitrárias; a ausência da cetra (elemento estético final, que em alguns paradigmas e na própria cópia do Contrato Social da empresa quase se confunde com a linha de pauta); além dos índices de artificialismo relatados e demonstrados acima.

Importante frisar que as marcas de esforço identificadas se apresentaram nos trechos de maior semelhança morfológica (com cinética divergente ou mesmo antagônica),

Documento 5 página 38 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

sendo o esforço indicativo de imitação e não de disfarce (autofalsificação ou simulação de falso).

Portanto, embora não caiba determinar o processo de escrita utilizado, deve-se consignar que foram observados característicos dominantes do processo de falsificação por imitação, resultando em grafismos de aspecto semelhante aos paradigmas, porém sem fluência, com velocidade, dinamismo e habilidade muito inferiores, e cinética distinta.

O visto questionado, por sua vez, apresentou dinâmica divergente em relação aos vistos paradigmas, indicando a dualidade de punhos, observada, por exemplo, nos espaçamentos intergramáticos e nos remates (mínimos gráficos), inobstante a facilidade copiativa oferecida pelos grafismos simples, exíguos e arbitrários.

Contudo, a excessiva exiguidade e simplicidade do visto questionado impede um pronunciamento categórico a respeito da falsidade deste, posto que não proporcione característicos suficientes para a identificação do punho escritor que o lançou.

Consigne-se que os índices de artificialismo observados e as características do instrumento escrevente (semelhantes às do utilizado na assinatura questionada, à exceção do retoque/repasse, feito com tinta preta como a utilizada na assinatura do comprador e de uma das testemunhas) reforçam a ideia de falsidade.

X. DA ANÁLISE GERAL DOS DOCUMENTOS QUESTIONADOS

Na análise geral do documento questionado foi observado que a data de assinatura consignada no contrato (24/06/1995) corresponde a um sábado, segundo o calendário do ano respectivo, dia não útil e inclusive dedicado à comemoração do São João na cidade de João Pessoa, local da assinatura.

Tal fato, embora não determinante, constitui anacronismo ou índice de feitura anormal.

O *layout* do documento questionado difere de todos os contratos de compra e venda da empresa juntados aos autos (vide fls. 512, 518, 520, 525, 527), que lhe são contemporâneos, não apenas em relação à impressão/datilografação, como também em relação aos títulos, subtítulos, espaçamentos e qualificação, sendo o contrato questionado o único que contém o endereço do representante, Sr. José Tarcísio Fernandes Freire, e não da empresa, e campo para assinatura também em nome deste, no que se assemelha ao Contrato Social/Alterações, assim como a assinatura questionada apresenta pronunciada semelhança morfológica com a assinatura do titular constante na 12ª Alteração Contratual (responsável pela abertura da filial local, arquivada em anexo ao contrato questionado).

Documento 5 página 39 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

Betânia Rodrigues
Perícias Grafoscópicas

Em relação às datas, observou-se que embora o contrato date de 1995, a averbação, o registro e os reconhecimentos de firma datam de 2013, assim como os pagamentos do ITBI e emolumentos relativos à transação, conforme documentação arquivada no Cartório juntamente com o contrato (vide cópias em anexo).

João Pessoa, 24 de junho de 1.995

Documento 5 página 40 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

Documento 5 página 41 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

BANCO DO BRASIL

Cedente: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

Inscrição Municipal:		Título	201301422601
C.P.F. ou C.N.P.J.:	04480295453	Exercício	2013
Nome ou Razão:	VALDI PEREIRA DURAND	Período de Referência:	2013/07
Atividade Econômica:		Base de Cálculo:	88.200,00
Inscrição do Imóvel:	102748-4	Documento Origem:	2013009305
Loc. Cart. Atual:	0600703030000032		
Loc. Cart. Anterior:	2200402610000032		
Receita:	1201 Imp. sobre Transm. Inter Vivos de Bens		
Histórico:	Lançamento do título de ITBI com parcela Única Para Efeito de Escritura/Registro, este boleto de Pagamento terá validade apenas para a guia de ITBI Nº 2013009305, e com a apresentação da mesma		

DISCRIMINAÇÃO DOS VALORES	
TRIBUTO	2.646,00
MULTA	0,00
JUROS	0,00
CORREÇÃO MONETÁRIA	0,00
DATA DA APURAÇÃO: 24/07/2013 — VALOR TOTAL APURADO	2.646,00

ENTIDADE EMISSORA
EUNAPIO TORRES SERVICO NOTARIAL E REGISTRAL

TIPO SERVIÇO
REGISTRO DE IMÓVEIS - REGISTROS DIVERSOS

DETALHAMENTO DE VALORES

EMOLUMENTOS BASE	R$ 747,04
FEPJ - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO	R$ 20,62
ISS - IMPOSTO SOBRE SERVIÇO	R$ 37,35
MP - MINISTÉRIO PÚBLICO	R$ 1,79
TOTAL	R$ 806,80

ENTIDADE EMISSORA
EUNAPIO TORRES SERVICO NOTARIAL E REGISTRAL

TIPO SERVIÇO
REGISTRO DE IMÓVEIS - REGISTROS DIVERSOS

DETALHAMENTO DE VALORES

FARPEN - REGISTRO DE IMÓVEL COM VAL.DECLARADO	R$ 40,80

Por fim, quanto aos reconhecimentos de firmas, foi observado que em nenhum deles consta reconhecimento por autenticidade, que pressupõe a assinatura presencial em Cartório, como se vê nas imagens acima.

XI. FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA

A respeito dos temas tratados acima, veja-se o que diz a melhor literatura especializada na área:

> "Neste particular alertamos que, a despeito de se aceitar como viável em determinados casos o exame em reproduções de boa qualidade, **sempre se indica a solicitação do documento em original**. A aceitação para exame de documento

Documento 5 página 42 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

reproduzido deverá sempre estar justificada pela confirmação da inexistência do original."
(Questões em Documentoscopia: uma abordagem atualizada. Iara Maria Krilger Costa. Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1995. p. 39). Grifo nosso.

"Existem, portanto, prejuízos ao desenvolvimento dos exames. **Os originais, é evidente, sempre permitiriam esgotamento de todas as pesquisas, executadas com todos os recursos conhecidos.**"
(*Tratado de Documentoscopia – Da Falsidade Documental*. José Del Picchia Filho, Celso Mauro Ribeiro Del Picchia e Ana Maura Gonçalves Del Picchia. 2 ed. rev., atual. e ampliada. São Paulo: Editora Pillares, 2005, p. 443). Grifei.

"PADRÃO GRÁFICO DE CONFRONTO – Na Grafoscopia, o capítulo mais importante da Documentoscopia, os padrões são praticamente obrigatórios e de uso diário".

"O perito deve saber escolhê-los. **Da boa seleção, e aceitação dos padrões depende, na maioria dos casos, o sucesso do exame grafotécnico, garantindo uma conclusão correta**".

"Daí a importância de seu conhecimento e, principalmente, dos requisitos a que devem obedecer".

"**Em regra, os padrões gráficos de cotejo deverão satisfazer a quatro requisitos**":

"**I – autenticidade**";
"**II – adequabilidade**";
"**III – contemporaneidade**"; e
"**IV – quantidade**".
(José Del Picchia Filho. Obra citada, p. 88). Grifos de agora.

"**A autenticidade *ex-officio* poderá ser indireta: quando do confronto preliminar das peças gráficas com padrões de origem certa forem todos identificados entre si**".
(José Del Picchia Filho, obra citada, p. 89). Grifei.

"E preciso ter em conta ser a exigência de **grande número de padrões** uma decorrência da necessidade do perito **verificar hábitos gráficos, fixando, ao mesmo tempo, o campo das variações naturais**".

"**Assim sendo, padrões produzidos em dias diferentes, melhor satisfazem ao requisito quantitativo, embora em menor número do que aqueles fornecidos no mesmo ato**".

Documento 5 página 43 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

"Por exemplo, vinte firmas colhidas no mesmo ato são menos satisfatórias do que três lançadas em dias diferentes".
(José Del Picchia Filho. Obra citada, p. 95). Realcei.

"O requisito da contemporaneidade é exigido a fim de prevenir a interferência dessas variações".

"No entanto, em regra o escritor precisa de espaço de tempo superior a dois anos para incorporar novas formas, transformando-as em realizações automáticas".

"Por esse motivo, e como critério arbitrário, aplicável aos casos normais, costumou-se fixar **o período de dois anos, como espaço de tempo caracterizador da contemporaneidade gráfica: dois anos anteriores e dois anos posteriores**".
...
"Na fase de maturidade gráfica poderá decorrer longo período sem qualquer variação gráfica, estendendo-se, assim, a contemporaneidade".
(José Del Picchia Filho. Obra citada, p. 93/94). Grifo nosso.

"**Existem firmas**, mais precisa ou adequadamente falando, meras rubricas – embora por vezes utilizadas no lugar de assinaturas, válidas para representação gráfica daquele indivíduo – **de tal sorte simples, de tal natureza resumidas, que não venham ofertar elementos suficientes para uma identificação positiva em face dos padrões.**"

"São assinaturas cujos **esquemas limitam-se a alguns poucos traços.**"

"E estes, além de parcos, despidos de configurações ou movimentos que possam acarretar maiores dificuldades a um imitador."
(José Del Picchia Filho. Obra citada, p. 299). Realcei.

"**A imitação servil é trabalho lento**. O resultado gráfico, por conseguinte, não pode ser normal."

"**Os gestos realizam-se com lentidão e igual quantidade de tempo se dispende, quer na execução dos traços ascendentes, quer nos descendentes, como nos laterais**. O punho do falsário está sempre contraído, **sem aqueles relaxamentos musculares próprios da escrita natural. A atenção do falsificador volta-se, com frequência, para o modelo**. Dessas situações, surgem anormalidades significativas."

"O traçado apresentar-se-á arrastado, sem diferenças entre os traços, sem os cheios e finos. A tinta deposita-se de maneira igual, quase sempre com forte

Documento 5 página 44 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

descarga, em razão da pequena velocidade. Indecisões nos traços serão obrigatórias, devido à velocidade igual, quer nos traços ascendentes, quer nos descendentes."...
(José Del Picchia Filho. Obra citada, p.236). Grifei.

"**Frequentemente serão notadas marcas de esforço gráfico, executado para imitar os trechos retidos na memória**, ou para disfarçar os feitios mais característicos. – **Essas marcas de esforço, normalmente traduzidas por traços indecisos e lentos, apresentarão divergências, nas imitações** e nas auto-falsificações. – **Nas primeiras, atingirão os traços componentes dos feitios mais semelhantes (onde o falsário mais se esforçou para reproduzir as formas** rememoradas) e nas auto-falsificações situam-se nos trechos que maior divergências apresentam (portanto onde houver maior atenção ao disfarce)."
(José Del Picchia Filho. Obra citada, p. 346). Realcei.

12) CARACTERÍSTICOS DOMINANTES EM CADA UM DOS TIPOS DE FALSIFICAÇÃO GRÁFICA E NAS AUTÊNTICAS – **No que diz respeito às FORMAS dos caracteres, as falsificações gráficas, em confronto com as respectivas autênticas, apresentam os seguintes resultados: ... semelhanças morfológicas nas falsificações por imitação servil**, decalque e livre."
...
"Por conseguinte, **os característicos das escritas autênticas (padrões) com a falsa, determinam o diagnóstico**. Assim, em regra, o perito não declara que a falsificação foi cometida por este ou aquele processo, **limita-se a dizer que apresenta os característicos dominantes nesse processo**."
(José Del Picchia Filho. Obra citada, p. 342). Grifei.

"15) **ANACRONISMOS – são provas de falsidade das datas consignadas. E, consoante as demais circunstâncias do caso concreto**, tanto **podem provar o *fabrico artificial* de documentos**, como, ainda até o aproveitamento de suportes firmados em branco."

"**Por fabrico artificial devem ser entendidos os casos de peças simuladas, elaboradas sem embasamento real propositadamente para fazer provas ou constituir ou consolidar situações, artificiosamente**."

"Existem os mais diversos tipos de documentos de fabricação artificiosa, na vida pericial."

"**Contratos elaborados com datas retroativas**, até mesmo firmados por pessoas que às datas inscritas seriam os responsáveis legais efetivos, são relativamente curiais. Orçamentos, declarações das mais variadas ocorrências, registros em carteiras profissionais, etc."

Documento 5 página 45 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

"**E, não raro, ao lavrar peças antedatadas, circunstâncias à época impossíveis ou incorretas são inscritas**, algumas até pela força do hábito." (José Del Picchia Filho. Obra citada, p. 613/614). Grifo nosso.

XII. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, conclui a Perita signatária que **foram constatadas divergências de ordem geral e grafocinética indicativas de FALSIDADE entre a assinatura em nome de José Tarcísio Fernandes Freire aposta na Peça Questionada P.Q. (Assinatura Questionada A.Q.) e as assinaturas paradigmas apostas pelo mesmo nas Peças Padrão P.P.1 a P.P.7**, conforme relatado, demonstrado e fundamentado acima (vide corpo do Laudo, Itens VIII, IX e XI).

Conclui ainda que **foram constatadas divergências de ordem geral e grafocinética indicativas de FALSIDADE entre o visto atribuído a José Tarcísio Fernandes Freire aposto na Peça Questionada P.Q. (Visto Questionado V.Q.) e os vistos paradigmas apostos pelo mesmo nas Peças Padrão P.P.1, P.P.2, P.P.3 e P.P.7, porém estas não se mostraram suficientes para um pronunciamento categórico em razão da pouca complexidade dos grafismos**, tudo conforme relatado, demonstrado e fundamentado acima (vide corpo do Laudo, Itens VIII, IX e XI).

Anexos:
- ✓ Cópia dos documentos obtidos no Cartório Eunápio Torres (Docs. 01 a 06);
- ✓ Os documentos extraídos do processo para análise seguem no mesmo estado devidamente encartados nos autos, devolvidos nesta oportunidade com a apresentação do Laudo.

Nada mais havendo a tratar foi encerrado o presente Laudo que vai rubricado e assinado pela Perita, ficando um arquivo do mesmo em seu poder.

DRA. BETÂNIA MICHELLE MARTINS RODRIGUES
PERITA OFICIAL CRIMINAL DE PRIMEIRA CLASSE
DOCUMENTOSCOPIA FORENSE/NUCRIM JP/IPC/PB
PERITA DO JUÍZO

Documento 5 página 46 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21483.80441.93561.22067-9
Cynthia Tomaz Chaves Sa Leite [527.407.814-15] em 30/05/2022 09:40

Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2022.075.954
Requerente: Juízo da 12ª Vara Cível da Comarca da Capital
Interessada: Betânia Michelle Martins Rodrigues - Perita Grafocopista (betaniarodriguesperita@gmail.com)

Tratam os presentes autos de pagamento de honorários, no valor de R$ 388,21 (trezentos e oitenta e oito reais e vinte e um centavos), em favor da Perita Grafocopista Betânia Michelle Martins Rodrigues, CPF 023.688.614-24, pela realização de perícia nos autos do processo nº 0045042-41.2013.8.15.2001, movido por VALDI PEREIRA DURAND, CPF 044.802.954-53, em face de J. T. F. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME, CNPJ 54.417.621/0001-02, perante o Juízo 12ª Vara Cível desta Comarca da Capital.

A Resolução nº 09/2017, deste Tribunal, de 21 de junho de 2017, modificada pela Resolução nº 12, de 10 de março de 2021, publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 11 imediato, disciplinou, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos ao pagamento dos honorários periciais, nos casos em que a parte goze da gratuidade da justiça.

Em seu art. 5º, ressalvou que o juiz, ao fixar os honorários, poderá ultrapassar o limite fixado na tabela, anexo da Resolução, em até 05 (cinco) vezes, desde que de forma fundamentada e atendendo ao grau de especialização do perito, à complexidade da matéria, o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço, ficando, nesse caso, o pagamento condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura.

Laudo pericial anexado às fls. 18/65, dos presentes autos.

Analisando os autos do processo em referência, a partir da diligência de fls. 34, levada a efeito por esta Diretoria, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço,

Documento 6 página 1 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21017.52171.93561.08067-8
Robson de Lima Cananea [419.454.334-34] em 30/05/2022 10:25

telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo.

Consultando o Sistema de Cadastro de Peritos deste Tribunal - SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro da Perita Betânia Michelle Martins Rodrigues, encontra-se em situação de ativo.

No o caso em tela, o valor de R$ 388,21 (trezentos e oitenta e oito reais e vinte e um centavos), em favor da Perita Grafocopista Betânia Michelle Martins Rodrigues, CPF 023.688.614-24, pela realização de perícia nos autos do processo nº 0045042-41.2013.8.15.2001, movido por VALDI PEREIRA DURAND, CPF 044.802.954-53, em face de J. T. F. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME, CNPJ 54.417.621/0001-02, perante o Juízo 12ª Vara Cível desta Comarca da Capital, ultrapassa o valor máximo estabelecido fixado na Tabela I, Anexo I, da referida Resolução Administrativa.

Nesse contexto, a requisição de pagamento de honorários periciais fica condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura, nos termos do art. 5º da Resolução nº 09/2017 deste Tribunal.

Assim, submeto os presentes ao Conselho da Magistratura, com fulcro no art. 5º da Resolução nº 09/2017.

Encaminhem-se os autos à Gerência Judiciária (DISTRIBUIÇÃO).

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor da presente decisão, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 30 de maio de 2022.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial

Documento 6 página 2 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21017.52171.93561.08067-8
Robson de Lima Cananea [419.454.334-34] em 30/05/2022 10:25

Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 30/05/2022 às 10:29

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade:	81520224369001
Documento:	Processo nº 2022.075.954 - conselho da magistratura.pdf
Remetente:	Diretoria Especial (Robson de Lima Cananea)
Destinatário:	4ª Seção (7ª, 12ª e 15ª Varas Cíveis) (TJPB)
Data de Envio:	30/05/2022 10:28:01
Assunto:	Decisão lançada no ADM 2022.075.954,referente ao pagamento de honorários em favor de Betânia Michelle Martins Rodrigues, pela perícia realizada no processo n. 0045042-41.2013.8.15.2001, movido por VALDI PEREIRA DURAND

Imprimir

Documento 7 página 1 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21000.58371.93561.58067-5
Robson de Lima Cananea [419.454.334-34] em 30/05/2022 10:29

TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA PARAIBA
SISTEMA DE CONTROLE DE PROCESSOS DE 2° GRAU

TERMO DE RECEBIMENTO

Processo: 0000074-94.2022.815.0000 Num 1° Grau:
Data de Entrada : 03/06/2022 Hora: 10:00
Número de Volumes: 1 Qtd Folhas: 68 Qtd de Apensos:
Numeração : 000 Qtd Vol.Apenso:
Número de Folhas : Repetidas: Omitidas:
Em Branco:
Agravo Retido às folhas de : a

Classe : PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto: HONORARIOS PERICIAIS.

Histórico : REQ.DE RESERVA ORçAMENTáRIA DA 12A.VARA DA COMAR CA DA CAPITAL,SOL.PAGAM. HONOR.PERICIA PERITA BE TANIA MICHELLE MARTINS RODRIGUES,NO PROC.0045042 -41.2013.815.2001.

Autor: VALDI PEREIRA DURAND
Reu : JTF ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

João Pessoa, 6 de junho de 2022

Responsavel pela Digitação

Documento 8 página 1 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.67597.44561.03448.21920-0
Carmen Lucia Fonseca de Lucena [500.354.444-87] em 06/06/2022 00:00

TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA PARAIBA

TERMO DE AUTUAÇÃO, REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO

ESTES AUTOS FORAM DISTRIBUIDOS POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO, REGISTRADOS EM MEIO MAGNÉTICO E AUTUADOS COM AS OBSERVAÇÕES ABAIXO:

Processo : 0000074-94.2022.815.0000 Processo CPJ: /
Proc 1° Grau: Processo 1°:
Autuado em : 03/06/2022
Classe : PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Valor da Causa : Volumes : 001
Comarca : 999 ----------

Tipo Distrib. : AUTOMATICA Distrib. em: 05/06/2022 23:48
Órgão Julgador : CONSELHO DA MAGISTRATURA
Relator : 096 DES. OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO

Assunto :
HONORARIOS PERICIAIS.

IDENTIFICACAO DAS PARTES:
---:

REQUISIçãO DE RESERVA ORçAMENTáRIA DA 2A. VARA DA COMARCA DA CAPITAL, SOLICITANDO PAGAMENTO DE HONORARIOS PERICIAIS A PERITA BETANIA MICHELLE MARTINS RODRIGUES, FACE PERICIA NO PROC.0045042-41.2013.815.2001,MOVIDO POR VALDI PEREIRA DURAND, EM FACE DE JTF ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.
(ERA ADM 2022075954).

JOAO PESSOA, 6 DE JUNHO DE 2022

RESPONSAVEL PELA DIGITACAO

Documento 9 página 1 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.21669.92448.44561.57597-8
Carmen Lucia Fonseca de Lucena [500.354.444-87] em 06/06/2022 00:00

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

CONSELHO DA MAGISTRATURA

GABINETE DO DES. OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO

DESPACHO

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2022075954
Origem: *12ª Vara Cível da Comarca da Capital.*
Relator: *Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho.*
Assunto: *Pagamento de Honorários Periciais.*
Interessada: *Betânia Michelle Martins Rodrigues.*

Vistos.

Em mesa para julgamento.

Cumpra-se.

João Pessoa, 12 de agosto de 2022.

OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO:4776810

Assinado de forma digital por OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO:4776810
Dados: 2022.08.22 08:27:33 -03'00'

Oswaldo Trigueiro do Valle Filho

Desembargador Relator

Documento 10 página 1 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.33252.92661.81129.31440-4
Eduardo Ribeiro Cabral [021.586.594-40] em 12/09/2022 11:15

ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Assessoria do Conselho da Magistratura

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO nº 2022.075.954 (PROCESSO FÍSICO Nº 0000074-94.2022.815.0000**. Requerente**: Juízo da 12ª Vara Cível da Comarca da Capital. **Assunto:** Solicitação de pagamento de honorários periciais em favor da Perita Grafocopista Betânia Michelle Martins Rodrigues, por perícia realizada no processo nº 0045042-41.2013.815.2001.

Certidão

Certifico, para fins e efeitos legais, que a pauta de julgamento do processo acima indicado foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado no dia 16 de setembro de 2022.

Certifico, para fins e efeitos legais, que os integrantes do Egrégio Conselho da Magistratura, em sessão ordinária, hoje realizada, apreciando o processo acima identificado, proferiram a seguinte decisão:

ADIADO PARA A PRÓXIMA SESSÃO, EM FACE DA AUSÊNCIA JUSTIFICADA DO RELATOR.

Presidiu a sessão a Excelentíssima Senhora Desembargadora Maria das Graças Morais Guedes – Vice-Presidente, na eventual ausência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides – Presidente. **Relator: Excelentíssimo Senhor Desembargador Oswaldo Trigueiro do Valle Filho**.

Ausente o representante do Ministério Público Estadual.

Conselho da Magistratura, Sala de Sessões ***"Des. Manoel Fonsêca Xavier de Andrade"*** do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, no dia 23 de setembro de 2022.

Robson de Lima Cananéa
DIRETOR ESPECIAL

Documento 11 página 1 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.24013.93661.14934.31943-0
Robson de Lima Cananea [419.454.334-34] em 23/09/2022 11:39

ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Assessoria do Conselho da Magistratura

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO nº 2022.075.954 (PROCESSO FÍSICO Nº 0000074-94.2022.815.0000**. Requerente**: Juízo da 12ª Vara Cível da Comarca da Capital. **Assunto:** Solicitação de pagamento de honorários periciais em favor da Perita Grafocopista Betânia Michelle Martins Rodrigues, por perícia realizada no processo nº 0045042-41.2013.815.2001.

Certidão

Certifico, para fins e efeitos legais, que a pauta de julgamento do processo acima indicado foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado no dia 06 de outubro de 2022.

Certifico, para fins e efeitos legais, que os integrantes do Egrégio Conselho da Magistratura, em sessão ordinária, hoje realizada, apreciando o processo acima identificado, proferiram a seguinte decisão:

ADIADO PARA A PRÓXIMA SESSÃO, EM FACE DA AUSÊNCIA JUSTIFICADA DO RELATOR.

Presidiu a sessão a Excelentíssima Senhora Desembargadora Maria das Graças Morais Guedes – Vice-Presidente, na ausência justificada do Excelentíssimo Senhor Desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides – Presidente. **Relator: Excelentíssimo Senhor Desembargador Oswaldo Trigueiro do Valle Filho**.

Ausente o representante do Ministério Público Estadual.

Conselho da Magistratura, Sala de Sessões ***"Des. Manoel Fonsêca Xavier de Andrade"*** do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, no dia 14 de outubro de 2022.

Robson de Lima Cananéa
DIRETOR ESPECIAL

Documento 12 página 1 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.31312.05075.75661.00214-6
Robson de Lima Cananea [419.454.334-34] em 14/10/2022 11:17

ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Assessoria do Conselho da Magistratura

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO nº 2022.075.954 (PROCESSO FÍSICO Nº 0000074-94.2022.815.0000**. Requerente**: Juízo da 12ª Vara Cível da Comarca da Capital. **Assunto:** Solicitação de pagamento de honorários periciais em favor da Perita Grafocopista Betânia Michelle Martins Rodrigues, por perícia realizada no processo nº 0045042-41.2013.815.2001.

Certidão

Certifico, para fins e efeitos legais, que a pauta de julgamento do processo acima indicado foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado no dia 04 de novembro de 2022, com aviso de adiamento publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado no dia 09 de novembro de 2022.

Certifico, para fins e efeitos legais, que os integrantes do Egrégio Conselho da Magistratura, em sessão ordinária, hoje realizada, apreciando o processo acima identificado, proferiram a seguinte decisão:

ADIADO PARA A PRÓXIMA SESSÃO, EM FACE DA AUSÊNCIA JUSTIFICADA DO RELATOR.

Presidiu a sessão o Excelentíssimo Senhor Desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides – Presidente. **Relator: Excelentíssimo Senhor Desembargador Oswaldo Trigueiro do Valle Filho**.

Ausente o representante do Ministério Público Estadual.

Conselho da Magistratura, Sala de Sessões ***"Des. Manoel Fonsêca Xavier de Andrade"*** do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, no dia 14 de novembro de 2022.

Robson de Lima Cananéa
DIRETOR ESPECIAL

Documento 13 página 1 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.02855.48661.06993.31038-2
Robson de Lima Cananea [419.454.334-34] em 14/11/2022 12:32

ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Assessoria do Conselho da Magistratura

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO nº 2022.075.954 (PROCESSO FÍSICO Nº 0000074-94.2022.815.0000**. Requerente**: Juízo da 12ª Vara Cível da Comarca da Capital. **Assunto:** Solicitação de pagamento de honorários periciais em favor da Perita Grafocopista Betânia Michelle Martins Rodrigues, por perícia realizada no processo nº 0045042-41.2013.815.2001.

Certidão

Certifico, para fins e efeitos legais, que a pauta de julgamento do processo acima indicado foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado no dia 30 de novembro de 2022, com aviso de adiamento da sessão para o dia 19 de dezembro de 2022, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado no dia 12 de dezembro de 2022.

Certifico, outrossim, que os integrantes do Egrégio Conselho da Magistratura, em sessão ordinária, hoje realizada, apreciando o processo acima identificado, proferiram a seguinte decisão:

AUTORIZADO O PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS, NO VALOR DE R$ 388,21 (TREZENTOS E OITENTA E OITO REAIS E VINTE E UM CENTAVOS). UNÂNIME.

Presidiu a sessão, com voto, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides – Presidente. ***Relator: Excelentíssimo Senhor Desembargador Oswaldo Trigueiro do Valle Filho***. Participaram ainda do julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Marcos Cavalcanti de Albuquerque e Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho (Corregedor-Geral da Justiça). Ausente, justificadamente, a Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Morais Guedes (Vice-Presidente).

Ausente o representante do Ministério Público Estadual.

Conselho da Magistratura, Sala de Sessões ***"Des. Manoel Fonsêca Xavier de Andrade"*** do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, no dia 19 de dezembro de 2022.

Robson de Lima Cananéa
DIRETOR ESPECIAL

Documento 14 página 1 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.31980.21106.41761.32117-8
Robson de Lima Cananea [419.454.334-34] em 19/12/2022 11:28

Tribunal de Justiça da Paraíba
PJe - Processo Judicial Eletrônico

19/12/2022

Número: **0045042-41.2013.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**
Órgão julgador: **12ª Vara Cível da Capital**
Última distribuição : **22/11/2013**
Valor da causa: **R$ 5.000,00**
Assuntos: **Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
VALDI PEREIRA DURAND (AUTOR)	HAMILTON COSTA (ADVOGADO) JOSE RICARDO DE ASSIS ARAGAO COSTA (ADVOGADO)
J T F ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - ME (REU)	MARIO GOMES DE ARAUJO JUNIOR (ADVOGADO) GIORDANA COUTINHO MEIRA DE BRITO (ADVOGADO)
JOSE TARCISIO FERNANDES FREIRE (TERCEIRO INTERESSADO)	
DORIVAL JOSE FERNANDES E ARAUJO (TERCEIRO INTERESSADO)	

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
67508050	19/12/2022 13:18	Comunicações	Comunicações

Documento 15 página 1 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.56317.41761.24766.31996-4
Robson de Lima Cananea [419.454.334-34] em 19/12/2022 13:19

Decisão do conselho da magistratura lançada no ADM nº 2022075954, referente a requisição de pagamento de honorários, no valor de R$ 388,21 (trezentos e oitenta e oito reais e vinte e um centavos), em favor da Perita Grafocopista Betânia Michelle Martins Rodrigues, CPF 023.688.614-24, pela realização de perícia nos autos do processo em referência.

Robson Cananéa - Diretor Especial

Documento 15 página 2 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.56317.41761.24766.31996-4
Robson de Lima Cananea [419.454.334-34] em 19/12/2022 13:19

ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GERÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO**: 2023.001.777**

Trata os presentes autos acerca da solicitação de pagamento de honorários periciais, em favor do perito nomeado, José Wilton Saraiva Cavalcanti Filho, médico, em razão da perícia realizada nos autos do processo n.º 0804160-60.2015.8.15.0731.

Em atendimento ao despacho retro, informamos que o desembolso relativo a presente solicitação, ocorrerá por conta dos recursos oriundos do Fundo Especial do Poder Judiciário, de acordo com a Reserva Orçamentária**, para o exercício atual, na seguinte classificação funcional programática:**

Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso
05.901	28	846	0000	0770 – Manut. De Serv. Adm. – 1º Grau	3390.92 – Desp. Exerc. Anteriores	1760

***Reservas n. 166**

GEORC, em João Pessoa, 30 de Janeiro de 2023

Erivalda Rodrigues Duarte
Gerente

Documento 16 página 1 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.31528.91162.15761.04538-9
Erivalda Rodrigues Duarte [203.097.754-34] em 30/01/2023 21:48

Betânia Michelle Martins Rodrigues

Importância empenhada em favor do perita, grafocopista determinada nos atos do processo 0045042-41.2013.8.15.2001 em face de Betânia Michelle Martins Rodrigues.	1º GR	Importância empenhada para fazer face a previdência dos honorários do perito(a) Betânia Michelle Martins Rodrigues Nos autos do processo 0045042-41.2013.8.15.2001

FR	1760	
CLAS	3994	
ID	1	
CRED	134161	
VR	388.21	
ORD	16728	
RESERVA	166	

FR	1760	
CLAS	3994	
ID	99	
CRED	933	
VR	77.64	
ORD	16728	

DATA DO LAUDO: 15/02/2016. fls 18/65

Documento 17 página 1 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.31017.91162.15761.93538-5
Erivalda Rodrigues Duarte [203.097.754-34] em 30/01/2023 21:48

ESTADO DA PARAÍBA
NOTA DE EMPENHO

NE

5 EXERCÍCIO	7 NÚMERO
2023	00360

SIAF - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

ÓRGÃO	
FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO	09.283.185/0003-25

UNIDADE GESTORA	13 CÓDIGO
FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO	530001

20	TIPO DE CRÉDITO	23 CRÉDITO ESPECIAL / EXTRAORDINÁRIO	23 FUNDO ESPECIAL
01	1 (1 - ORDINÁRIO SUPLEMENTAR, 2 - ESPECIAL, 3 - EXTRAORDINÁRIO, 4 - FUNDO ESPECIAL)	Situacao ==> DECRETO Nº 1	

35 U.O.	39 PROGRAMA DE TRABALHO	50 NATUREZA DA DESPESA	58 F.R.	60 D.V.	61 IMPORTÂNCIA
05901	28.846.0000.0770	33909200	760	03994	388,21

20	NOME DO CREDOR		22 CÓDIGO	CÓDIGO DO BANCO E Nº C/C	
02	BETANIA MICHELLE MARTINS R RAMALHO	023.688.614-24	134161	356	001009853-0

ENDEREÇO (RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC)	NÚMERO	ANDAR, SALA, APTO°, ETC
CENTRO DE ENSINO		

BAIRRO OU DISTRITO	CIDADE OU MUNICÍPIO	U.F.	C.E.P.	TELEFONE
MANGABEIRA VII	JPA	PB	58000	

20	PROGRAMAÇÃO DE CAIXA		
03	22 JANEIRO	37 FEVEREIRO	37 MARÇO
04	22 ABRIL	37 MAIO	37 JUNHO
05	22 JULHO	37 AGOSTO	37 SETEMBRO
06	22 OUTUBRO	37 NOVEMBRO	37 DEZEMBRO

20 — 07

22 EFEITO: 1 (1 - OBRIGAÇÃO, 2 - SUPLEMENTAÇÃO, 3 - ANULAÇÃO PARCIAL, 4 - ANULAÇÃO TOTAL)

Nº DO EMPENHO A SUPLEMENTAR OU ANULAR: 23

29 LICITAÇÃO: 0 (1 - CONVITE, 2 - T. PREÇOS, 3 - CONCORR, 4 - DISPENSA)

CÓDIGO DO DISPOSITIVO LEGAL PARA A DISPENSA DA LICITAÇÃO: 30 0

32 PROCESSO Nº: 2022075954

ESPECIFICAÇÃO	UNIDAD	QUANT	PREÇO PARCIAL	PREÇO TOTAL
Importancia empenhada em favor do perita, grafocopista determinada nos atos do processo 0045042-41.2013.8.15.2001 em face de Betania Michelle Martins Rodrigues. (1o Grau)		0,0	0,00	0,00
	UND	1,0	388,21	388,21
Total da Despesa:				**388,21**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
561.755,36	561.367,15

PROGRAMAÇÃO TRIMESTRAL	
SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
409.164,59	408.776,38

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO	AUTORIDADE ORDENADORA	43 DATA
Gerado por: JUSSARA LEITE SOUZA DE ALCANTARA SA Reemitido por: Jussara Leite Souza Alcantara	CODIGO DO ORDENADOR 016728 ROBSON DE LIMA CANANEA	31/01/2023

FAVORECIDO (PROCESSO)

ESPAÇO RESERVADO

ATESTO O RECEBIMENTO DO MATERIAL / PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

_____, EM ____/____/____

(REEMISSAO)

Documento 18 página 1 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419 ADME.80358.35761.06836.31598-0
Robson de Lima Cananea [419.454.334-34] em 02/02/2023 15:51, Erivalda Rodrigues Duarte [203.097.754-34] em 02/02/2023 14:43

ESTADO DA PARAÍBA
NOTA DE EMPENHO

NE

5 EXERCÍCIO	7 NÚMERO
2023	00362

SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - SIAF

ÓRGÃO	
FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO	09.283.185/0003-25

UNIDADE GESTORA	13 CÓDIGO
FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO	530001

20	TIPO DE CRÉDITO	23 CRÉDITO ESPECIAL / EXTRAORDINÁRIO	23 FUNDO ESPECIAL
01	1 (1 - ORDINÁRIO SUPLEMENTAR, 2 - ESPECIAL, 3 - EXTRAORDINÁRIO, 4 - FUNDO ESPECIAL)	Situacao ==> DECRETO Nº 1	

35 U.O.	39 PROGRAMA DE TRABALHO	50 NATUREZA DA DESPESA	58 F.R.	60 D.V.	61 IMPORTÂNCIA
05901	28.846.0000.0770	33909200	760	03994	77,64

20	NOME DO CREDOR	22 CÓDIGO	CÓDIGO DO BANCO E Nº C/C	
02	INSS INST NACIONAL DO SEGURO SOCIAL 29.979.036/0162-25	000933	000	000000000-

ENDEREÇO (RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC)	NÚMERO	ANDAR, SALA, APTO°, ETC
RUA BARAO DO ABIAY 73		

BAIRRO OU DISTRITO	CIDADE OU MUNICÍPIO	U.F.	C.E.P.	TELEFONE
CENTRO	JOAO PESSOA	PB	58000000	

20	PROGRAMAÇÃO DE CAIXA		
03	22 JANEIRO	37 FEVEREIRO	37 MARÇO
04	22 ABRIL	37 MAIO	37 JUNHO
05	22 JULHO	37 AGOSTO	37 SETEMBRO
06	22 OUTUBRO	37 NOVEMBRO	37 DEZEMBRO

20 — 07

22 EFEITO: 1 (1 - OBRIGAÇÃO, 2 - SUPLEMENTAÇÃO, 3 - ANULAÇÃO PARCIAL, 4 - ANULAÇÃO TOTAL)

Nº DO EMPENHO A SUPLEMENTAR OU ANULAR: 23

29 LICITAÇÃO: 0 (1 - CONVITE, 2 - T. PREÇOS, 3 - CONCORR, 4 - DISPENSA)

CÓDIGO DO DISPOSITIVO LEGAL PARA A DISPENSA DA LICITAÇÃO: 30 0

32 PROCESSO Nº: 2022075954

ESPECIFICAÇÃO	UNIDAD	QUANT	PREÇO PARCIAL	PREÇO TOTAL
Importancia empenhada para fazer face a previdencia dos honorarios do perito(a) Betania Michelle Martins Rodrigues Nos autos do processo 0045042-		0,0	0,00	0,00
41.2013.8.15.2001. (1o Grau)	UND	1,0	77,64	77,64
Total da Despesa:				**77,64**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
561.367,15	561.289,51

PROGRAMAÇÃO TRIMESTRAL	
SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
408.776,38	408.698,74

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO	AUTORIDADE ORDENADORA	43 DATA
Jussara Leite Souza Alcantara	Codigo do Ordenador 016728 ROBSON DE LIMA CANANEA	31/01/2023

FAVORECIDO (PROCESSO)

ESPAÇO RESERVADO

ATESTO O RECEBIMENTO DO MATERIAL / PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

_____, EM ____/____/____

Documento 18 página 2 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419 ADME.80358.35761.06836.31598-0
Robson de Lima Cananea [419.454.334-34] em 02/02/2023 15:51, Erivalda Rodrigues Duarte [203.097.754-34] em 02/02/2023 14:43

Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Ofício nº 09/2023 – TJPB – DIESP
João Pessoa, 2 de fevereiro de 2023

A Sua Senhoria, o Senhor
Betânia Michelle Martins Rodrigues - Perita Grafocopista betaniarodriguesperita@gmail.com
Capital - PB

Senhor Perito,

Comunico a Vossa Senhoria que o Processo nº 2022.075.954, relativo ao pagamento de honorários pela perícia realizada nos autos do Processo de nº 0045042-41.2013.8.15.2001, movido por VALDI PEREIRA DURAND, CPF 044.802.954-53, em face de J. T. F. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME, CNPJ 54.417.621/0001-02, perante o Juízo 12ª Vara Cível desta Comarca da Capital, encontra-se nesta Diretoria Especial (diesp@tjpb.jus.br), com nota de empenho para pagamento emitida, aguardando que seja providenciada nota fiscal da perícia realizada, com a indicação do número do processo judicial respectivo, assim como o comprovante de pagamento do imposto, lembrando, ainda, que a nota fiscal deverá ter data posterior à da nota de empenho, obedecendo ao que preconiza o art. 60 da Lei 4.320/1964.

Informo, outrossim, considerando que a Diretoria de Economia e Finanças deste Tribunal terá que enviar a informação pelo E-Social, que o nome informado deve ser igual ao cadastrado na RFB – Receita Federal do Brasil, devendo ser apresentada, também, além da dada de nascimento, o CBO – Código Brasileiro de Ocupação

Para melhor aclaramento, segue, anexa, cópia da nota de empenho respectiva.

Respeitosamente,

Robson de Lima Cananéa - Diretor Especial

Documento 19 página 1 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.31000.65556.35761.92358-9
Robson de Lima Cananea [419.454.334-34] em 02/02/2023 16:19

Zimbra **diesp@tjpb.jus.br**

Ofício nº 09/2023 – TJPB – DIESP - Processo nº 2022.075.954 - anexar nota fiscal

De : Diretoria Especial <diesp@tjpb.jus.br> sex, 03 de fev de 2023 11:00
Assunto : Ofício nº 09/2023 – TJPB – DIESP - Processo nº 2022.075.954 - anexar nota fiscal 2 anexos
Para : betaniarodriguesperita@gmail.com

Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Ofício nº 09/2023 – TJPB – DIESP
João Pessoa, 2 de fevereiro de 2023
A Sua Senhoria, o Senhor
Betânia Michelle Martins Rodrigues - Perita Grafocopista - betaniarodriguesperita@gmail.com
Capital - PB

Senhor Perito,

Comunico a Vossa Senhoria que o Processo nº 2022.075.954, relativo ao pagamento de honorários pela perícia realizada nos autos do Processo de nº 0045042-41.2013.8.15.2001, movido por VALDI PEREIRA DURAND, CPF 044.802.954-53, em face de J. T. F. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME, CNPJ 54.417.621/0001-02, perante o Juízo 12ª Vara Cível desta Comarca da Capital, encontra-se nesta Diretoria Especial (diesp@tjpb.jus.br), com nota de empenho para pagamento emitida, aguardando que seja providenciada nota fiscal da perícia realizada, com a indicação do número do processo judicial respectivo, assim como o comprovante de pagamento do imposto, lembrando, ainda, que a nota fiscal deverá ter data posterior à da nota de empenho, obedecendo ao que preconiza o art. 60 da Lei 4.320/1964. Informo, outrossim, considerando que a Diretoria de Economia e Finanças deste Tribunal terá que enviar a informação pelo E-Social, que o nome informado deve ser igual ao cadastrado na RFB – Receita Federal do Brasil, devendo ser apresentada, também, além da dada de nascimento, o CBO – Código Brasileiro de Ocupação.

Para melhor aclaramento, segue, anexa, cópia da nota de empenho respectiva.

Respeitosamente,

Robson de Lima Cananéa - Diretor Especial

Documento 20 página 1 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.64658.45761.16923.31364-3
Ana Lucia Gomes Ferreira [396.756.884-91] em 03/02/2023 11:02

Ofício nº 09.2023 - processo 2022.075.954.pdf
14 KB

nota de empenho - 2022075954.pdf
101 KB

Documento 20 página 2 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.64658.45761.16923.31364-3
Ana Lucia Gomes Ferreira [396.756.884-91] em 03/02/2023 11:02

Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Ofício nº 48/2023 – TJPB – DIESP
João Pessoa, 8 de março de 2023

A Sua Senhoria, a Senhora
Betânia Michelle Martins Rodrigues - Perita Grafocopista betaniarodriguesperita@gmail.com
João Pessoa - PB

Senhora Perita,

Renovando os termos do Of. 09/2023, datado do dia 02 de fevereiro do ano em curso, comunico a Vossa Senhoria que o Processo nº 2022.075.954, relativo ao pagamento de honorários pela perícia realizada nos autos do Processo de nº 0045042-41.2013.8.15.2001, movida por VALDI PEREIRA DURAND, CPF 044.802.954-53, em face de J. T. F. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME, CNPJ 54.417.621/0001-02, perante o Juízo 12ª Vara Cível desta Comarca da Capital, encontra-se nesta Diretoria Especial (diesp@tjpb.jus.br), com nota de empenho para pagamento emitida, aguardando que seja providenciada nota fiscal da perícia realizada, com a indicação do número do processo judicial respectivo, assim como o comprovante de pagamento do imposto, lembrando, ainda, que a nota fiscal deverá ter data posterior à da nota de empenho, obedecendo ao que preconiza o art. 60 da Lei 4.320/1964.

Informo, outrossim, considerando que a Diretoria de Economia e Finanças deste Tribunal terá que enviar a informação pelo E-Social, que o nome informado deve ser igual ao cadastrado na RFB – Receita Federal do Brasil, devendo ser apresentada, também, além da dada de nascimento, o CBO – Código Brasileiro de Ocupação.

Para melhor aclaramento, segue, anexa, cópia da nota de empenho respectiva.

Respeitosamente,

Robson de Lima Cananéa - Diretor Especial

Documento 21 página 1 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.22530.28761.09658.41606-2
Robson de Lima Cananea [419.454.334-34] em 08/03/2023 11:28

Zimbra **diesp@tjpb.jus.br**

Ofício nº 48/2023 – TJPB – Processo nº 2022.075.954

De : Diretoria Especial <diesp@tjpb.jus.br> qua., 08 de mar. de 2023 12:01
Assunto : Ofício nº 48/2023 – TJPB – Processo nº 2022.075.954 1 anexo
Para : betaniarodriguesperita@gmail.com

Ofício nº 48/2023 – TJPB – DIESP
João Pessoa, 8 de março de 2023

A Sua Senhoria,

a Senhora Betânia Michelle Martins Rodrigues - Perita Grafocopista betaniarodriguesperita@gmail.com João Pessoa - PB Senhora Perita, Renovando os termos do Of. 09/2023, datado do dia 02 de fevereiro do ano em curso, comunico a Vossa Senhoria que o Processo nº 2022.075.954, relativo ao pagamento de honorários pela perícia realizada nos autos do Processo de nº 0045042-41.2013.8.15.2001, movida por VALDI PEREIRA DURAND, CPF 044.802.954-53, em face de J. T. F. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME, CNPJ 54.417.621/0001-02, perante o Juízo 12ª Vara Cível desta Comarca da Capital, encontra-se nesta Diretoria Especial (diesp@tjpb.jus.br), com nota de empenho para pagamento emitida, aguardando que seja providenciada nota fiscal da perícia realizada, com a indicação do número do processo judicial respectivo, assim como o comprovante de pagamento do imposto, lembrando, ainda, que a nota fiscal deverá ter data posterior à da nota de empenho, obedecendo ao que preconiza o art. 60 da Lei 4.320/1964.

Informo, outrossim, considerando que a Diretoria de Economia e Finanças deste Tribunal terá que enviar a informação pelo E-Social, que o nome informado deve ser igual ao cadastrado na RFB – Receita Federal do Brasil, devendo ser apresentada, também, além da dada de nascimento, o CBO – Código Brasileiro de Ocupação.

Para melhor aclaramento, segue, anexa, cópia da nota de empenho respectiva.

Respeitosamente,
Robson de Lima Cananéa - Diretor Especial

Documento 22 página 1 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.19530.28761.32878.41924-0
Livia Maria de Paes Borges [051.132.874-58] em 08/03/2023 12:03

Empenho - 2022075954.pdf
101 KB

Documento 22 página 2 assinado, do processo nº 2022075954, nos termos da Lei 11.419. ADME.19530.28761.32878.41924-0
Livia Maria de Paes Borges [051.132.874-58] em 08/03/2023 12:03